

# PUBLICIDADE LEGAL

**SHOPPING JOÃO PESSOA S/A**  
 CNPJ/MF 92.889.724/0001-56 - NIRE 43300021297  
**Assembleia Geral Ordinária - Convocação**  
 Convocamos os senhores acionistas para se reunirem às 09h do dia 28 de abril de 2026, na sede social, Av. João Pessoa nº 1831, 3º andar, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em Assembleia Ordinária: (a) Sobre a matéria contida nos artigos 132 e 152 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (b) Eleger os membros da administração e fixar o montante da remuneração dos administradores; (c) Eleger os membros da diretoria e fixar o montante da remuneração dos diretores.  
 Porto Alegre, 15 de abril de 2026.  
 Saul Veras Bof  
 Presidente do Conselho de Administração

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham fo

vozes que g

vozes que ganham fo

vozes que ga

vozes que ga

vozes que ga

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

vozes que ganham fo

# PUBLICIDADE LEGAL

**MELSON TUMELERO S.A.**  
 CNPJ Nº 92.860.238/0001-05 NIRE Nº 433.000.255-78

**CONVOCAÇÃO**

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da Companhia, na Rua Antonio Carlos Berta, nº 475, conjunto 401, em Porto Alegre/RS, às 9:30 horas, no dia 30 de abril de 2026, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aumentar o capital para de R\$ 10.400.000,00 para R\$ 21.000.000,00, mediante a capitalização de reservas de lucros; b) Criação da Reserva Estatutária para Investimentos; c) alterar o artigo 13 do Estatuto social que trata da representação da companhia; d) aprovar a consolidação do Estatuto social da Companhia; e) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2024 e em 31.12.2025; f) deliberar sobre a destinação dos resultados dos exercícios de 2024 e de 2025, e a distribuição de dividendos; g) fixar a remuneração dos Administradores;

Porto Alegre, 14 de abril de 2026.  
 MARIVALDO ANTONIO TUMELERO  
 Diretor

Jornal do Comércio

**ANUNCIE NO JC**  
 O ALCANCE QUALIFICADO  
 QUE A SUA MARCA PRECISA



Escaneie  
 o QRCode  
 e entre em  
 contato

WHATSAPP: (51) 3213-1342  
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

# PUBLICIDADE LEGAL

**BALDO S/A - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO**  
 CNPJ Nº 91.473.678/0001-47 - NIRE Nº 43300013600.

**CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA:** Convocamos os Senhores Acionistas da Baldo S/A Comércio, Indústria e Exportação, com sede em Encantado/RS, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Rua Heitor Alexandre Peretti 385, Encantado, RS, 95960-000, às 09:00 horas do dia 25 de abril de 2026, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Em regime de ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - a) Apreciação e votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025, publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre em edição de 26/02/2026, págs. 5 e 6 e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet - <https://fijp.jornaldocomercio.com/edicao/imprensa/14004/26022026.html> b) Destinação do Lucro Líquido e ratificação sobre crédito e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio e sua imputação aos dividendos; 2. Em regime de ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - a) Deliberação sobre a reforma parcial do Estatuto Social da Companhia, mediante alteração dos artigos 3º, 5º, 6º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º a 21º, 25º, 28º, 30º, 31º e 32º; b) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; c) Fixação da remuneração global dos administradores; d) Deliberação sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, incorporando as alterações estatutárias aprovadas no item "2. a)"; e) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Encantado, RS, 14 de abril de 2026. ARLINDO PLÁCIDO BALDO - Diretor Presidente. 

## Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS


Mantenha o foco  
 na informação e  
**decida com confiança.**



**ENTRE EM CONTATO E ASSINE**

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

# PUBLICIDADE LEGAL

 **BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS**  
 CNPJ/MF nº 92.692.979/0001-24  
 NIRE 43300013651  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios a comparecer a Assembleia Geral Ordinária que será realizada dia 23 de abril de 2026, às 10 horas, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar, em Porto Alegre - RS, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; 3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art.196, da Lei nº 6.404/76; 4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; 5. Eleger membros do Conselho de Administração, e 6. Eleger membros do Conselho Fiscal efetivos e respectivos suplentes.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos da Assembleia, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar - Unidade de Governança Corporativa, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral. Os documentos relativos aos itens da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Banrisul S/A Administradora de Consórcios.

Porto Alegre, 14 de abril de 2026  
 Flávio Pompermayer  
 Presidente em Exercício - Conselho de Administração



**CONTAB**  
 JC CONTABILIDADE

A contabilidade como **ferramenta estratégica** na gestão empresarial.



Assine o JC

Assine o Jornal do Comércio, tenha acesso ao JC Contabilidade e acompanhe análises e informações que impactam o seu negócio.

**JC Contabilidade. Toda quarta-feira, no Jornal do Comércio.**

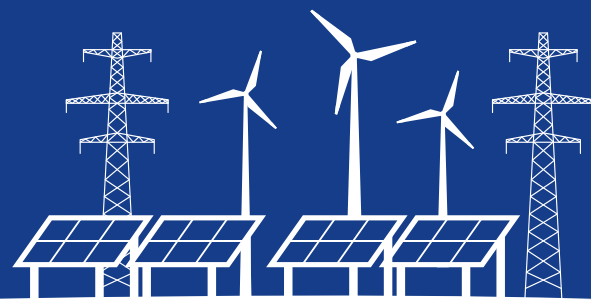
**Jornal do Comércio**  
 O jornal de economia e negócios do RS



# Companhia Estatal de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

www.equatorialenergia.com.br



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

A Administração da CEEE Grupo Equatorial, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As informações não financeiras da Companhia, o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

**Destaques de 2025:** • O Mercado Fio B (que considera mercado faturado e energia compensada GD II e III) no ano cresceu 4,5% em relação a 2024 atingindo 8.887 GWh; • A Receita Operacional Líquida excluindo receita de construção totalizou R\$ 4,9 bilhões, 11% maior que o registrado em 2024, R\$ 4,4 bilhões; • O EBITDA societário encerrou o ano em R\$ 663 milhões, um aumento de 42,9%, comparado a R\$ 443 milhões em 2024; • O investimento bruto da CEEE-D somou R\$ 1,4 bilhão em 2025, aumento de R\$ 449 milhões ou 48,9% em relação a 2024, impulsionado pela necessidade do sistema operacional e Revisão Tarifária prevista para o exercício de 2026; • As perdas de energia dos 12 meses encerrados em dezembro de 2025 atingiram 13,7%, acréscimo de 0,5 p.p. em relação aos 13,2% apresentados no final de 2024.

### Mensagem do Presidente

O ano de 2025 consolidou um ciclo de avanços estruturais para a CEEE Equatorial no Rio Grande do Sul. A Companhia, responsável pela distribuição de energia a 1,9 milhão de clientes, realizou o maior volume anual de investimentos desde o início da concessão, fortalecendo sua infraestrutura e ampliando a capacidade operacional em toda a área de atuação. Consolidamos mais de R\$ 3 bilhões investidos desde 2021 e, somente em 2025, aplicamos R\$ 1,4 bilhão na modernização e expansão da infraestrutura elétrica, um crescimento de 48,9% em relação aos R\$ 919 milhões aportados em 2024. Esse avanço reforça nossa capacidade de investimento, solidez financeira e disciplina na gestão. Ao longo do ano, ampliamos substanciais modernizações, modernizamos redes, intensificamos inspeções preventivas e expandimos a automação do sistema, tornando-o mais resiliente e preparado para o crescimento da demanda. Esse esforço ocorreu em um ambiente regulatório em evolução, com mudanças nas regras de abertura do mercado, revisão de subsídios e aprimoramentos nas políticas setoriais voltadas à modicidade tarifária, exigindo ainda mais eficiência, planejamento e responsabilidade na condução da operação. Os investimentos realizados se refletiram diretamente na qualidade do fornecimento. O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), que mede o tempo médio que o cliente fica sem energia, apresentou redução de 8,95 horas entre 2024 e 2025, equivalente a 47,7%. Já o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), indicador que apura o número médio de interrupções, registrou queda de 38,8%, saindo de 7,31 vezes para 4,47 vezes, no mesmo período. Esses resultados demonstram o fortalecimento estrutural do sistema elétrico e o impacto concreto das melhorias implementadas na experiência dos nossos clientes. Mantivemos também nosso compromisso social com as comunidades da área de concessão. O total de clientes cadastrados na Tarifa Social passou de 106 mil, em junho de 2021, para 211 mil, em dezembro de 2025 – um aumento superior a 99,1% – ampliando o acesso ao benefício e contribuindo para a economia na conta de energia das famílias de menor renda. Paralelamente, apoiamos iniciativas culturais e eventos estratégicos, como o Natal Alegre no Cais Embarcadero e a Semana Farroupilha que fortalecem a integração social, valorizam a cultura gaúcha e impulsionam a economia local. Através do Instituto Equatorial, promovemos ainda a primeira edição do projeto Energia Feminina, voltado à inclusão produtiva e à geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Inicializada em 2024, a iniciativa ofereceu capacitação e capital semente para que 250 empreendedoras impactadas pela enchente de 2024 pudessem retomar seus negócios, contribuindo diretamente para o fortalecimento da autonomia econômica feminina e para a reconstrução de suas atividades. Do ponto de vista financeiro, mantivemos disciplina na administração e foco na sustentabilidade do negócio. Seguiremos, em 2026, aprimorando nossos resultados, garantindo a continuidade dos investimentos no Estado e a excelência dos serviços prestados aos nossos clientes.

Riberto José Barbarena - Diretor-Presidente

### Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Rio Grande do Sul

Ambiente econômico e perspectivas no estado do Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL	
Capital	Porto Alegre
Área da Concessão (km²)	87.101
Número de Municípios da Concessão	72
População Estimada 2023 da Concessão	3,7 milhões
Cres. Estimado PIB RS	0,6%
Cres. Estimado PIB BR	2,5%
Rendimento mensal domiciliar per capita RS (2025)	R\$ 2.839,00
Densidade demográfica RS (hab/km²)	38,63

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>

Fonte PIB Estimado: <https://www.bb.com.br/site/investimentos/analises/>

Em 2025, o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) apresentou expansão de 4,5%. As classes residencial, comercial e industrial, que em conjunto representam 84,7% do consumo total de energia na área de concessão, contribuíram com incremento de 341 GWh no ano. O município de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, é o mais representativo na área de concessão da Companhia, concentrando 37% do total de clientes da distribuidora e respondendo por 40% do consumo de energia elétrica. No setor industrial, as atividades com maior representatividade no consumo de energia elétrica são a fabricação de produtos alimentícios, a fabricação de produtos químicos, a fabricação de produtos de minerais não metálicos, a fabricação de veículos automotores, rebocos e carrocerias, a fabricação de bebidas e a fabricação de celulose, papel e produtos de papel. O agronegócio também possui relevância na área de concessão e localiza-se predominantemente na Região Sul do Estado, sendo caracterizado pelo cultivo de arroz e soja, além da pecuária. Em 2025, o Rio Grande do Sul registrou condições climáticas que influenciaram significativamente no consumo de energia: temperaturas acima da média nos primeiros quatro meses do ano e temperaturas mais baixas durante o inverno, o que resultou em maior uso de climatização (ar-condicionado no verão e aquecimento no inverno), favorecendo a elevação da demanda energética. No primeiro quadrimestre, o estado também enfrentou período de estiagem mais intensa, que contribuiu para o aumento do consumo de energia na classe rural, especialmente em função da maior necessidade de irrigação. No comparativo anual, o mercado total da Companhia apresentou crescimento expressivo, influenciado tanto pelo fator climático quanto pelo efeito-base de 2024, ano impactado pelas enchentes no estado. No contexto econômico, observou-se avanço da atividade industrial e do setor de serviços, além de melhora nas condições do mercado de trabalho, fatores que também contribuíram para o aumento do consumo de energia no período.

### Dados Operacionais de Mercado

Dados Operacionais	2024	2025	Var.	
Energia Injetada SIN	GWh	9.816	10.155	3,5%
Sistema isolado	GWh	—	—	—
Energia injetada pela Geração Distribuída	GWh	394	595	51,1%
<b>Energia Injetada Bruta Total</b>	<b>GWh</b>	<b>10.210</b>	<b>10.750</b>	<b>5,3%</b>
<b>Variação Injetada Bruta Total (%)</b>	<b>%</b>	<b>5,3%</b>	<b>5,3%</b>	<b>5,3%</b>
Residencial - convencional	GWh	3.114	3.194	2,6%
Residencial - baixa renda	GWh	483	541	12,0%
Industrial	GWh	179	147	17,8%
Comercial	GWh	1.399	1.268	-9,4%
Outros	GWh	1.084	1.042	-3,9%
<b>Consumidores Cativos</b>	<b>GWh</b>	<b>6.259</b>	<b>6.192</b>	<b>-1,1%</b>
Industrial	GWh	1.118	1.201	7,4%
Comercial	GWh	879	1.019	16,0%
Outros	GWh	161	291	80,7%
<b>Consumidores livres</b>	<b>GWh</b>	<b>2.158</b>	<b>2.511</b>	<b>16,4%</b>
Energia de Conexão - outras Distribuidoras	GWh	63	68	7,9%
<b>Energia Faturada</b>	<b>GWh</b>	<b>8.480</b>	<b>8.771</b>	<b>3,4%</b>
<b>Variação Faturada (%)</b>	<b>%</b>	<b>3,4%</b>	<b>3,4%</b>	<b>3,4%</b>
SCEE - GDII + GD III	GWh	26	115	343,5%
<b> Mercado Fio B</b>	<b>GWh</b>	<b>8.506</b>	<b>8.887</b>	<b>4,5%</b>
<b> Fluxo Passante</b>	<b>GWh</b>	<b>111</b>	<b>93</b>	<b>-16,5%</b>
<b>Energia Medida Total + Fluxo Passante</b>	<b>GWh</b>	<b>8.863</b>	<b>9.279</b>	<b>4,7%</b>
<b>Variação Energia Medida Total + Fluxo Passante (%)</b>	<b>%</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,7%</b>
<b>Número de Consumidores</b>	<b>Mil</b>	<b>1.958</b>	<b>1.999</b>	<b>2,1%</b>
<b>Variação Número de Consumidores (%)</b>	<b>%</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,1%</b>
Perdas totais	GWh	1.347	1.471	9,2%

**Número de consumidores** - Em dezembro de 2025, o número de consumidores da CEEE Grupo Equatorial teve um crescimento de 2,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento foi impulsionado para classe Residencial que sozinha apresentou um crescimento de 39,9 mil consumidores (+2,4%).

Consumidores	2025	2024	2023	2022	2021
Residencial	1.720.038	1.680.112	1.647.261	1.590.312	1.520.291
Industrial	3.630	3.557	3.496	3.772	9.268
Comercial	172.301	171.162	170.341	167.769	159.169
Outros	102.827	102.688	102.124	103.446	102.808
<b>Total</b>	<b>1.998.796</b>	<b>1.957.519</b>	<b>1.923.222</b>	<b>1.865.299</b>	<b>1.791.536</b>
<b>Variação</b>	<b>2,1%</b>	<b>1,8%</b>	<b>3,1%</b>	<b>4,1%</b>	<b>1,3%</b>

Em relação ao Residencial Baixa Renda observou-se uma redução de -13,2%, impulsionada pelas recentes alterações nas políticas públicas federais voltadas à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), no âmbito do programa social conhecido como "Luz do Povo". Desde julho de 2025, tem-se verificado uma atualização e cruzamento mais rigoroso das bases de dados do Governo Federal, especialmente do Cadastro Único (CadÚnico) e dos registros vinculados ao recebimento do Bolsa Família. Essas ações resultaram em revisões cadastrais e na exclusão de famílias que não atendem mais aos critérios de elegibilidade, refletindo diretamente na base de consumidores enquadrados como baixa renda na distribuidora, houve uma redução de 20,8% de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no Rio Grande do Sul. Com a nova legislação, famílias inscritas no CadÚnico, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, passaram a ter isenção do pagamento da energia elétrica para consumo mensal de até 80 kWh. Nesses casos, permanece apenas a cobrança de encargos não relacionados ao fornecimento de energia, como a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e o ICMS, conforme a legislação estadual aplicável. Ademais, outras duas classes que se destacaram no crescimento foram as classes Comercial e Poder Público, com crescimentos de 0,7% (1.139 consumidores) e 3,7% (312 consumidores), respectivamente. **Mercado Fio B** - No período de janeiro a dezembro de 2025, o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) apresentou expansão de 4,5%, totalizando 8.887 GWh, ante 8.506 GWh no ano anterior. O melhor desempenho foi observado na classe Residencial, com crescimento de 5,2% (187 GWh), seguida pelas classes Rural, que avançou 13,5% (68,8 GWh) e Industrial que cresceu 4,1% (53,4 GWh). Destaca-se também as classes Comercial e Poder Público, com crescimento anual de 1,5% (33,6 GWh) e 5,5% (16,1 GWh), respectivamente.

Mercado Atendido - MWh	* Histórico							
	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	
Residencial	3.736.026	3.596.803	3.596.840	3.408.143	3.134.694	3.052.233	3.148.447	3.026.220
Industrial	1.348.205	1.297.002	1.294.587	1.341.030	1.349.445	1.343.743	1.288.525	1.331.184
Comercial	2.287.000	42.277.942	2.288.763	2.234.153	2.145.889	2.029.662	2.010.969	2.275.508
Outros	1.331.956	1.245.024	1.256.480	1.262.991	1.347.826	1.298.209	1.300.731	1.340.670
Suprimentos p/ agentes de distribuição	68.168	63.155	67.870	61.010	57.305	55.344	50.909	35.403
SCEE		353.898	287.776	156.239	80.208			
SCEE - GDII + GD III	115.472	26.034						
<b>Total</b>	<b>8.886.832</b>	<b>8.505.960</b>	<b>8.858.438</b>	<b>8.595.103</b>	<b>8.191.398</b>	<b>7.859.399</b>	<b>7.799.581</b>	<b>8.009.183</b>
<b>Variação</b>	<b>4,5%</b>	<b>3,06%</b>	<b>4,93%</b>	<b>4,22%</b>	<b>0,77%</b>	<b>-2,62%</b>	<b>-2,02%</b>	

**\*Histórico** - Apresentamos acima o histórico de Mercado Atendido disponibilizado no último relatório, que até então era acompanhado com objetivo de chegar na energia consumida. Com a promulgação da Lei nº 14.300/2022, posteriormente regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023, passou a ser permitido o faturamento da energia compensada para unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica enquadradas nas modalidades de Geração Distribuída - GD 2 e 3. Diante dessa mudança regulatória, a energia faturada deixou de refletir integralmente o mercado que gera receita para a distribuidora. Por esse motivo, passaremos a acompanhar como Mercado Atendido o indicador de Mercado Fio B, que representa de forma mais adequada o uso da infraestrutura de distribuição e o mercado efetivamente atendido pela rede da distribuidora, incorporando os efeitos da compensação de energia associados à GD.

### Balanco energético

**Comportamento do balanço** - As perdas totais de energia elétrica na distribuição correspondem à diferença entre a energia injetada bruta, e a soma da energia medida, da energia de conexão com outras distribuidoras e do fluxo passante. Nesse sentido, em 2025, houve crescimento de 5,3% na energia injetada bruta e de 4,7% na soma da energia medida, da energia de conexão com outras distribuidoras e do fluxo passante. As perdas totais de energia elétrica na CEEE Grupo Equatorial apresentaram aumento de 9,2% em relação ao ano anterior, totalizando 1.471 GWh.

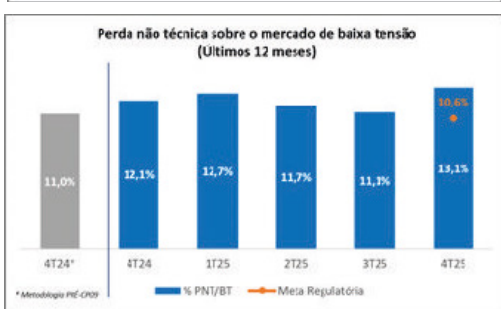
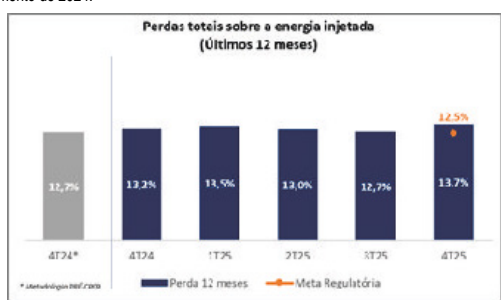
4.3 Balanco energético (MWh)	2024	2025	Var.
Sistema interligado	9.815.880	10.154.967	3,5%
Energia injetada pela Geração Distribuída	394.178	595.461	51,1%
<b>Energia injetada bruta</b>	<b>10.210.057</b>	<b>10.750.427</b>	<b>5,3%</b>
Energia medida	8.683.292	9.117.451	5,0%
Energia de conexão com outras distribuidoras	67.870	68.863	1,5%
Energia de fluxo passante	111.396	93.046	-16,5%
Perdas totais	1.347.499	1.471.068	9,2%

É importante mencionar que estamos utilizando os critérios de perdas conforme estabelecido na Consulta Pública 09/2024 da Aneel, que passou a considerar o mercado medido como referência para o cálculo das perdas.

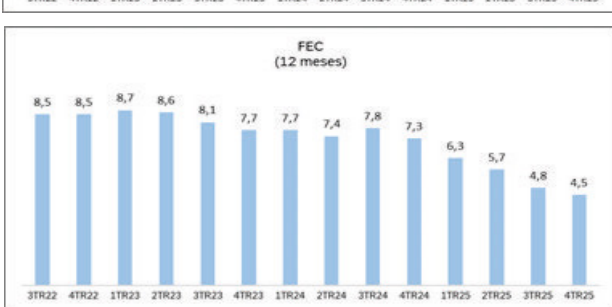
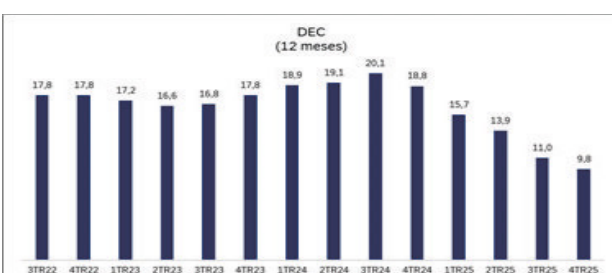
### Gestão dos Negócios

#### Combate às perdas

O Despacho Aneel nº 684/2025 introduziu uma nova metodologia para o cálculo da energia requerida e das perdas não técnicas, incorporando os efeitos da micro e minigeração distribuída (MMGD) por meio do conceito de "mercado de fornecimento medido", que representa o consumo real dos usuários e inclui também a energia injetada pelos sistemas de MMGD na carga total, como a mudança passa a valer a partir dos processos tarifários de 2025, o Grupo Equatorial atualizou suas informações de perdas desde o 4T24, alinhando-se antecipadamente às novas diretrizes regulatórias. Em 2025, a energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial CEEE-D atingiu 10.750 GWh, representando um crescimento de 5,6% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 9.279 GWh, aumento de 4,9% em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 1.471 GWh no ano, equivalentes a 13,7% da energia requerida. Esse desempenho implicou elevação de 0,5 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 foi desafiador para a Equatorial CEEE-D, ainda refletindo os impactos significativos da catástrofe climática que atingiu o estado. Nesse contexto, a companhia direcionou esforços substanciais para o restabelecimento do fornecimento de energia, reconstrução e modernização da rede elétrica, assegurando continuidade ao serviço e mitigando efeitos socioeconômicos para a população. A magnitude dos danos exigiu intervenções emergenciais, reforço das equipes em campo e priorização das ações de recomposição da infraestrutura. Como consequência desse cenário atípico, observou-se um aumento no indicador de perdas em relação a 2024, resultado das condições operacionais excepcionais e da fragilidade temporária da rede. Ainda assim, a distribuidora manteve o avanço das ações estruturantes voltadas à redução de perdas, reforçando seu compromisso com a eficiência operacional, a evolução dos indicadores e a sustentabilidade do desempenho regulatório no longo prazo. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2025, impactadas diretamente devido aos eventos climáticos que ocorreram no ano: • Regularização de 3,8 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 6,2 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Expansão/Retirofit do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 12,5 mil clientes de baixa tensão; • Inspeção de 89,3 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 3,9 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 18,1 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 30,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Crescimento de 871 medições físicas em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente. Hoje a Equatorial CEEE-D possui 4,1 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, correspondendo a 11% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **DEC e FEC.** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 47,7% e o FEC uma redução de 38,8%, ambos em relação ao exercício anterior.



**Assuntos Regulatórios.** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Homologatória nº 3.547/2025 homologou o reajuste Tarifário Anual de 2025 da CEEE Equatorial, vigente de 22 de novembro de 2025 a 21 de novembro de 2026, resultando no reajuste médio de 19,53% (dezenove virgula cinquenta e três por cento), aplicável às tarifas dos consumidores da área de concessão da CEEE Grupo Equatorial. **Relatório de Ações Sociais - ESG.** O Programa Jornada de Segurança do Grupo Equatorial expandiu sua atuação para além das operações, com investimento de R\$ 3.372 mil na manutenção e aprimoramento das iniciativas, contribuindo para a cultura de prevenção e a proteção da população. Entre as principais ações realizadas estão: • 20.675 inspeções estáticas (nas bases); • 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo); • Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes; • 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras; • Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas. Como resultado dessas iniciativas, os acidentes envolvendo a população apresentaram redução em relação a 2024. Os acidentes graves caíram de 48 para 21 ocorrências, os leves diminuíram de 45 para 40 casos, e os fatais passaram de 90 para 89. Já os casos envolvendo apenas danos materiais aumentaram de 3 para 7 registros. Iniciado em 2024, o Programa de Voluntariado corporativo do Grupo Equatorial avançou em 2025 em seu processo de consolidação, com foco no fortalecimento do engajamento dos colaboradores. Ao longo do período, o E+ Energia Voluntária mobilizou mais de 2.000 participantes, alcançando 55% de participação ativa em ações sociais. A iniciativa é apoiada por uma plataforma dedicada que permite aos colaboradores propor e liderar projetos, estimulando o protagonismo social e ampliando o impacto positivo junto às comunidades. Em paralelo, 2025 marcou a consolidação do Instituto Equatorial como a estrutura responsável por organizar e potencializar o investimento social privado do Grupo. Presente nos sete estados de atuação da Companhia, o Instituto já impacta diretamente mais de 120 mil pessoas, evidenciando a expansão consistente do alcance social. Esse amadurecimento institucional também se refletiu em reconhecimento externo: o Instituto conquistou o primeiro lugar no Prêmio Ser Humano, promovido pela ABRH-MA, na categoria ESG, com o caso "Diálogo Equatorial: integrando inteligência social no fortalecimento de laços sociais"; resultado obtido com menos de um ano de atuação. A estratégia que sustenta esses avanços parte da compreensão de que a transformação social se constrói de forma colaborativa, a partir da escuta qualificada e do reconhecimento do protagonismo das comunidades. Nesse contexto, o Instituto conduziu uma revisão estratégica estruturada, com apoio de consultoria especializada em terceiro setor e investimento social privado, que resultou na atualização de sua missão, valores e direcionadores de atuação. Organizada em eixos complementares de articulação institucional, comunicação e investimento social para o desenvolvimento comunitário, a atuação do Instituto ocorre de forma integrada às áreas corporativas, evitando sobreposição de iniciativas e, externamente, por meio do fortalecimento de parcerias que ampliam a capilaridade e a efetividade das ações. Em 2025, o Grupo Equatorial também apresentou avanços consistentes e estruturados em sua estratégia climática e em sua agenda de sustentabilidade e gestão corporativa. A Companhia manteve a **score B** no CDP Mudanças Climáticas e, pela primeira vez, realizou o reporte ao CDP Segurança Hídrica, alcançando a **score C**, resultados que evidenciam a evolução da gestão de riscos e impactos ambientais, o fortalecimento das práticas de governança e o maior engajamento da cadeia de valor nos temas climáticos e hídricos. Em linha com esse movimento, o Grupo passou a ocupar a **22ª posição no ISE Bovespa** (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando a consistência de sua trajetória de amadurecimento em práticas ESG e a integração crescente da sustentabilidade à estratégia do negócio. Esse conjunto de avanços também se refletiu na atuação do Grupo na **COP 30**, que foi resultado de um planejamento técnico integrado e antecipado, mobilizando desde a alta liderança até as equipes operacionais, com foco na segurança e na confiabilidade do sistema elétrico. A Companhia investiu cerca de R\$ 95 milhões na preparação da infraestrutura em Belém (PA) e região, estruturando planos de contingência, medidas de segurança física e cibernética e ações de conscientização interna. Durante o evento, o sistema operou sem intercorrências, com todas as demandas atendidas. Paralel

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

desenvolvimento comunitário, com foco em educação, empreendedorismo, empregabilidade e sustentabilidade; • Inteligência social, responsável por diagnósticos, monitoramento e avaliação de impacto, garantindo decisões fundamentadas e ações efetivas. No estado do Rio Grande do Sul, ao longo de 2025, foram realizados 25 projetos, alcançando 4.531 beneficiários diretos. As iniciativas distribuíram-se entre 19 projetos através do Edital Diálogos e 6 projetos estruturantes (Âncoras): Portas Abertas, sEJA, Co.liga, Prospera BR, Jornada Equatorial e Recode PROAI, fortalecendo frentes estratégicas de educação, inclusão produtiva e desenvolvimento territorial. Esses resultados refletem o compromisso do Instituto em atuar de forma estruturada, orientada por evidências e conectada às demandas locais. Ao integrar estratégia corporativa, investimento social qualificado e articulação multisetorial, o Instituto Equatorial reafirma seu papel como agente de desenvolvimento nos territórios onde o Grupo está presente, consolidando impacto social consistente e sustentável ao longo do tempo. **Plataforma E+**: A Plataforma E+ reúne os projetos socioambientais do Grupo Equatorial, estruturados em diferentes frentes de atuação. A diversidade de iniciativas permite o Grupo Equatorial desenvolver, de forma integrada, ações voltadas à comunidade, ao meio ambiente, à eficiência energética e ao desenvolvimento socioeconômico. **E+ Comunidade.** O E+ Comunidade tem como objetivo fortalecer a relação de colaboração com a sociedade por meio de projetos sociais estruturados. Em 2025, a CEEE Equatorial ampliou o número de famílias beneficiadas, alcançando 20.148 famílias em 72 municípios da área de concessão. Além disso, foram substituídos 3.498 trocadores de calor (chuveiros eficientes) em nove municípios fortemente impactados pelas enchentes de maio de 2024, contribuindo para a redução do consumo de energia e para o apoio às comunidades afetadas. **E+ Galadeira Nova.** O projeto promove a substituição de refrigeradores antigos e com baixo desempenho energético por modelos novos e mais eficientes. Em 2025, foram beneficiados 3.425 clientes em 72 municípios da área de concessão. A iniciativa teve atuação relevante nas cidades mais impactadas pelas enchentes de maio de 2024, proporcionando maior eficiência energética e melhoria na qualidade de vida das famílias atendidas. **E+ Economia.** programa orienta os consumidores sobre o uso eficiente e sustentável da energia elétrica, incentivando a substituição de lâmpadas incandescentes ou fluorescentes por modelos LED mais econômicos. Em 2025, mais de 28,8 mil lâmpadas foram substituídas durante 122 eventos realizados em 72 municípios da concessão. **E+ Educação.** O E+ Educação é uma das principais estratégias de atuação social da companhia, promovendo ações educativas nos municípios da área de concessão. Em 2025, foram realizadas 98 palestras em 72 municípios, sensibilizando aproximadamente 5,4 mil alunos sobre temas como o caminho da energia, consumo consciente e segurança com a rede elétrica. **E+ Bônus Pra Você.** O programa promoveu a substituição de refrigeradores e condicionadores de ar por equipamentos com maior eficiência energética, mediante concessão de subsídio de 50% sobre o valor de aquisição. Em 2025, a iniciativa beneficiou 1.364 famílias, proporcionando redução do consumo de energia elétrica e das despesas mensais associadas. **E+ Reciclagem.** Em 2025, o projeto E+ Reciclagem apresentou resultados expressivos, com a coleta e destinação correta de 5,92 mil toneladas de resíduos recicláveis oriundos dos próprios clientes da concessionária, encaminhados para cooperativas locais, fortalecendo a cadeia da reciclagem e a geração de renda. Como forma de incentivar a reciclagem e o descarte correto, o programa possibilita a substituição dos resíduos por bônus na fatura de energia elétrica, ampliando o engajamento da população. A iniciativa contribuiu para a preservação de 60,64 mil árvores e evitou a emissão de 16,60 toneladas de CO2, reforçando seu impacto ambiental positivo. Além disso, 204 instituições foram beneficiadas com bônus na fatura de energia, ampliando o alcance social do projeto e promovendo o uso consciente dos recursos. **E+ Cultura e E+ Esporte.** Apoiamos iniciativas que valorizam aspectos da cultura local e fortaleçam a prática esportiva nos territórios em que atuamos e no ano de 2025 foram 47 projetos patrocinados via leis de incentivo. Como destaque para os projetos patrocinados via Leis Estaduais de Incentivo, a “Taça das Favelas”, maior campeonato de futebol entre favelas, percorreu 20 municípios da concessão e mobilizou mais de 15 mil jovens. Atletados ao ODS 4, Educação de Qualidade, patrocinamos a “1ª Feira Literária de Viamão”, a “51ª Feira do Livro de Pelotas” e a “71ª Feira do Livro de Porto Alegre”, maior evento literário a céu aberto do país. Além dos eventos tradicionalistas, “15º Canto Sem Fronteira”, “4ª Festival Internacional da Gaita”, “Eco das Tradições” que ocorreu durante a “Semana Farrroupilha de Piratini” e “Festejos Farrroupilhas de Porto Alegre”, evento que recebeu mais de 2 milhões de visitantes em seus 20 dias de duração. **E+ Energia Voluntária.** Em 2025, fortalecemos ainda mais a cultura de solidariedade e responsabilidade social dentro da empresa, mobilizando colaboradores em iniciativas que promoveram cuidado, acolhimento e impacto positivo nas comunidades atendidas. Confira as seis ações realizadas ao longo do ano: 1. “Ação de Doação de Sangue”: diante da necessidade de transfusões semanais de sangue e plaquetas para o tratamento de uma colega, promovemos uma campanha de mobilização interna para estimular a doação voluntária. A empresa disponibilizou transporte da sede até o Banco de Sangue, garantindo conforto e segurança aos colaboradores que se disponibilizaram a participar. A ação reforçou o espírito de união e solidariedade, demonstrando que gestos simples podem salvar vidas. 2. “Páscoa Doce Esperança – Doação de Chocolates ao Instituto do Câncer Infantil (ICI)”: a campanha engajou colaboradores na doação de chocolates destinados às crianças em tratamento oncológico pelo Instituto do Câncer Infantil (ICI). O ICI esteve presente na sede Porto Alegre nos dias 08 e 10 de abril para receber as doações, e cada voluntário pôde escolher um produto da instituição como forma de agradecimento. O ICI montou 350 cestas de doces para os pacientes, transformando a doação em um momento de afeto e alegria para crianças que enfrentam seus tratamentos. 3. “Campanha do Agasalho”: com o inverno se aproximando, realizamos a Campanha do Agasalho para arrecadar roupas e calçados

destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade atendidos pelo Projeto das Marias, sediado na Associação Beneficente Cultural Esportiva dos Ferroviários (ABCEFER) no bairro Humaitá, em Porto Alegre. Foram arrecadadas 121 peças de roupas adulto e infantil. Cada item representou acolhimento e cuidado, aquecendo vidas e corações durante o período mais frio do ano. 4. “Outubro Rosa – Doação de Produtos de Higiene Pessoal”: em apoio ao Outubro Rosa, realizamos uma ação em parceria com a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) para arrecadação de produtos de higiene pessoal destinados ao IMAMA (Instituto da Mama do Rio Grande do Sul). A iniciativa reforçou o cuidado com mulheres em tratamento de câncer de mama, oferecendo dignidade e bem-estar em um momento tão sensível. 5. “Novembro Azul – Doação de Sucos Integrais para a AAPECAN”: em alusão ao Novembro Azul, engajamos colaboradores na arrecadação de caixas de suco integral de 1 litro para a AAPECAN (Associação de Apoio a Pessoas com Câncer). Os 50 sucos arrecadados integraram cestas distribuídas às famílias assistidas, contribuindo para o acolhimento nutricional e emocional dos pacientes. 6. “Ação de Natal – Seja um Ajudante do Papai Noel e adote uma cartinha!”: encerrando o ano com espírito de solidariedade, promovemos a adoção das cartinhas de Natal de 99 crianças da Escola de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, localizada na Vila São Pedro. A ação contou com a participação dos colaboradores da Equatorial Serviços Rio Grande do Sul que confeccionaram cestas com doces para as crianças. A entrega oficial ocorreu no dia 11/12, com participação dos voluntários, levando magia, afeto e alegria às crianças da comunidade. **Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida sem receita de construção, o total registrado no ano foi de R\$ 4.906 milhões, 11,0% superior ao ano anterior. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2025, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 4,0 bilhões, frente ao R\$ 3,8 bilhões reportado em 2024. **EBITDA.** Em 2025, o EBITDA foi positivo em R\$ 669 milhões, comparado a R\$ 443 milhões em 2024, acréscimo de 51%. **Resultado financeiro.** Em 2025, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 1.065 milhões, contra uma despesa de R\$ 773 milhões negativos reportados em 2024. **Prejuízo do exercício.** Em 2025, a CEEE Grupo Equatorial apurou prejuízo de R\$ 705 milhões, versus um prejuízo de R\$ 439 milhões em 2024. **Endividamento.** No fechamento de 2025, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 8.053 milhões.

Adição por tipo de Investimento	2024	2025	VAR. %
<b>Manutenção da Rede</b>	372	630	70%
<b>Expansão e Melhoria da Rede</b>	336	551	64%
<b>Equipamentos e Sistemas</b>	76	69	-9%
<b>Outros Investimentos</b>	136	117	-14%
<b>TOTAL</b>	919	1.368	49%
<b>PLPT - PROGRAMA LUZ PARA TODOS</b>	-	-	0%
<b>TOTAL</b>	919	1.368	49%

Os investimentos da CEEE Grupo Equatorial totalizaram R\$ 1.368 milhões em 2025, aumento de R\$ 449 milhões em relação a 2024. Tais investimentos são principalmente focados em expansão e melhoria da rede de distribuição e melhoria da percepção do cliente, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado. **Diversidade e inclusão.** Ao longo de 2025, foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente. Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho. O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e lideranças, abordando diversidade e vieses inconscientes e práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes. A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista buscou ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia. Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores. Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade de mulheres e proporção de remuneração entre nossos colaboradores:

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2025	
Nível Hierárquico	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
<b>Conselho</b>	2	-	2	-
<b>Alta Liderança</b>	6	-	8	-
<b>Média Liderança</b>	17	5,88	15	6,67
<b>Equipe</b>	766	26,50	755	25,83
<b>Total</b>	791	25,79	780	25,13

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo Circulante	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	466.065	83.929	Fornecedores	13	731.373	545.894
Aplicações financeiras	5	890.697	801.916	Fornecedores - risco sacado	13.1	60.757	40.916
Contas a receber de clientes	6	1.163.475	1.041.486	Empréstimos e financiamentos	14	128.860	40.714
Almoarifado		36.416	17.078	Debêntures	15	147.139	375.884
Impostos e contribuições a recuperar		256.187	244.682	Passivo de arrendamento		1.456	934
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		59.726	59.909	Impostos e contribuições a recolher	16	249.579	187.435
Depósitos judiciais	18	4.887	4.504	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		16	737
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	171.104	-	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	86.609	-
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	7.305	1.114	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	-	315.422
Serviços pedidos		154.067	138.537	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		16.909	15.973
Outros créditos a receber		204.488	157.732	Contribuição de iluminação pública		20.401	18.036
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.414.417</b>	<b>2.550.887</b>	Encargos setoriais		73.635	38.778
<b>Não circulante</b>				Participação nos lucros		5.084	4.967
Contas a receber de clientes	6	135.858	129.560	Provisão para riscos judiciais	18	409.941	390.829
Serviços pedidos		50.752	37.363	Benefício pós-emprego	27	105.454	80.914
Impostos e contribuições a recuperar		184.256	326.816	Outras contas a pagar		192.591	163.610
Depósitos judiciais	18	210.392	223.823	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.229.804</b>	<b>2.221.043</b>
Instrumentos financeiro derivativos	28.4	4.208	143.542	<b>Não circulante</b>			
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	324.444	189.404	Empréstimos e financiamentos	14	2.121.823	2.013.848
Benefício pós-emprego	27	12	10	Debêntures	15	5.654.721	3.271.216
Ativo financeiro da concessão	9	1.116.348	782.759	Passivo de arrendamento		4.149	2.703
Intangível	10	3.334.730	2.611.285	Impostos e contribuições a recolher	16	2.630.360	2.638.250
Ativos de contrato	11	1.215.790	1.213.912	Encargos setoriais		57.667	84.133
Direito de uso		5.173	3.376	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	154.801	230.478
Outros créditos a receber		1.156	-	Provisão para riscos judiciais	18	597.000	496.023
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>6.583.119</b>	<b>5.661.850</b>	Benefício pós-emprego	27	723.135	720.421
<b>Total do ativo</b>		<b>9.997.536</b>	<b>8.217.737</b>	Outras contas a pagar		92.620	152.953
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>12.036.276</b>	<b>9.610.025</b>
				<b>Patrimônio líquido negativo</b>			
				Capital social	20.1	3.385.861	3.385.861
				Ajuste de avaliação patrimonial		(1.020.717)	(1.074.793)
				Reserva de capital		1.865	1.570
				Prejuízos acumulados		(6.635.553)	(5.930.969)
				Total do Patrimônio Líquido negativo		(4.268.544)	(3.618.331)
				<b>Total do passivo e Patrimônio líquido negativo</b>		<b>9.997.536</b>	<b>8.212.737</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024		2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			Valor justo das opções de compra	4.880	281
<b>Prejuízo do exercício</b>	(704.584)	(438.888)	<b>Subtotal</b>	179.885	184.498
Ajustes para:			<b>Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:</b>		
Amortização	272.564	158.280	Contas a receber de clientes	(177.172)	(178.291)
Baixa de intangível, financeiro e contratual	35.665	26.658	Almoarifado	(19.338)	(3.935)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais e marcação a valor justo, líquidas	641.196	758.915	Serviços pedidos	(48.950)	(40.886)
Provisão para riscos judiciais	191.849	183.244	Impostos e contribuições a recuperar	(40.811)	34.090
Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	31.531	115.756	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	183	16.973
Baixa de recebíveis incobráveis	2.559	9.377	Outros créditos a receber	(39.949)	11.026
Ajuste a valor presente	6.832	5.857	Depósitos judiciais	13.048	2.278
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	303.655	(215.024)	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	5.128	28.573
Atualização do ativo financeiro	(59.004)	(29.630)	Fornecedores	154.537	(200.931)
Provisão e atualização dos encargos setoriais	50.659	46.798	Fornecedores - risco sacado	19.841	8.063
Valores a devolver (receber) de parcela A e outros itens financeiros	(630.696)	(437.819)	Impostos e contribuições a recolher	229.790	222.647
Provisão para perdas de estoques	51.964	(14.646)	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	2.406	-
Participação nos lucros	8.035	5.525	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(63.853)	(75.025)
Rendimentos de aplicações financeiras	(135.859)	(107.126)	Benefício pós emprego	(103.049)	(81.992)
Atualização de PIS/COFINS a recuperar	11.264	65.911	Contribuição de iluminação pública	2.365	(22.504)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(48.989)	Encargos setoriais	(22.237)	(41.413)
Plano de aposentadoria e pensão	97.375	98.933	Participação nos lucros	(7.918)	(5.829)
Atualização geração distribuída	-	1.085	Provisão para riscos judiciais	(133.827)	(132.101)
			Outras contas a pagar	26.130	96.903

Porporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024	Remuneração Média - 2025
<b>Conselho</b>	-	-
<b>Alta Liderança</b>	-	-
<b>Média Liderança</b>	0,71	0,72
<b>Equipe</b>	0,78	0,85
<b>Total</b>	<b>0,72</b>	<b>0,75</b>

As informações das tabelas consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico que sejam remuneradas na respectiva Companhia. Esclarecemos que há membros da administração da Companhia que são remuneradas por outra(s) companhia(s) do Grupo Equatorial, conforme devidamente informado no Formulário de Referência da Companhia. Tabela - Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil: A tabela estratifica o efetivo nos níveis de hierarquia definidos - Base dezembro de cada ano; A coluna "Total" contém o efetivo completo (mulheres e homens). A coluna "% Mulheres" mostra a proporção de mulheres em relação ao total; Tabela - Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico: A tabela mostra a proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração dos homens, considerando o nível hierárquico. Em 2025, a Equatorial permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da América Latina a incorporar critérios de gênero e raça na seleção das empresas participantes. O índice busca acompanhar o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam em diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A presença contínua da Equatorial no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho e reconhece a diversidade como um elemento estratégico para o fortalecimento do desempenho corporativo e para o desenvolvimento sustentável.

**Relacionamento com auditores externos.** Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1o do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs Riberto José Barbanera, Diretor-Presidente, André Luiz Barata Pessoa, José Silva Sobral Neto, Marcos Antônio Souza de Almeida Cristiano de Lima Logrado, Tatiana Queiroga Vasques, Nierbeth Costa Brito, Agnelo Coelho Neto e Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

**Serviços prestados pelo Auditor Independente.** Por fim, durante o exercício de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguarção limitada sobre *covenants*; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguarção limitada sobre outras contas a receber; asseguarção limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial. A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses. As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras *pro forma* e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

Diretoria Executiva	
Riberto José Barbanera - Diretor Presidente - Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor	André Luiz Barata Pessoa - Diretor - José Silva Sobral Neto - Diretor
Tatiana Queiroga Vasques - Diretora - Cristiano de Lima Logrado - Diretor - Agnelo Coelho Neto - Diretor	Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira - Diretor; Nierbeth Costa Brito - Diretor

Conselho de Administração	
Augusto Miranda da Paz Júnior - Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima	David Abdalla Pires Leal - Marcos Antônio Souza de Almeida - João Alberto da Silva Neto

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	22	6.237.147	5.339.988
Energia elétrica comprada para revenda	24	(3.354.011)	(3.110.432)
Custo de construção		(1.331.598)	(919.212)
Custo da operação		(523.315)	(260.075)
<b>Custos de energia elétrica, construção e operação</b>	23	(5.208.924)	(4.289.719)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.028.223</b>	<b>1.050.269</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	23	(184.280)	(316.680)
Despesas gerais e administrativas	23	(283.592)	(192.566)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	(31.531)	(115.756)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(168.453)	(140.603)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(667.856)</b>	<b>(765.605)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro</b>		<b>360.367</b>	<b>284.664</b>
Receitas financeiras	26	868.578	770.700
Despesas financeiras	26	(1.933.529)	(1.543.241)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(1.064.951)</b>	<b>(772.541)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(704.584)</b>	<b>(487.877)</b>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.1	-	48.989
<b>Impostos sobre o lucro</b>		<b>-</b>	<b>48.989</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(704.584)</b>	<b>(438.888)</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação ordinária</b>	20.2	<b>(10,32282)</b>	

← continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		3.385.861	1.296	(1.249.712)	(5.492.081)	(3.354.636)
Pagamentos baseados em ações - Stock option		-	274	-	-	274
<b>Resultado abrangente do exercício</b>						
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		-	-	264.057	-	264.057
Resultado de <i>hedge accounting</i>		-	-	(89.138)	-	(89.138)
<b>Prejuízo do exercício</b>		-	-	-	(438.888)	(438.888)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		3.385.861	1.570	(1.074.793)	(5.930.969)	(3.618.331)
Pagamentos baseados em ações - Stock option	211	-	241	-	-	241
Pagamentos baseados em ações - Matching Shares	213	-	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>						
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)		-	-	(32.926)	-	(32.926)
Resultado de <i>hedge accounting</i>	28.4	-	-	87.002	-	87.002
<b>Prejuízo do exercício</b>		-	-	-	(704.584)	(704.584)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		3.385.861	1.865	(1.020.717)	(6.635.553)	(4.268.544)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)					
	2025	2024	2025	2024	
<b>Receitas</b>					
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	7.499.553	6.706.732			
Receitas de construção	1.331.598	919.212			
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(31.531)	(115.756)			
<b>Subtotal</b>	<b>8.799.620</b>	<b>7.510.188</b>			
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui - ICMS e IMA)</b>					
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(4.685.609)	(4.029.644)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(628.910)	(511.706)			
Outras despesas	(231.692)	(196.918)			
<b>Subtotal</b>	<b>(5.546.211)</b>	<b>(4.738.268)</b>			
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>3.253.409</b>	<b>2.771.920</b>			
Amortização	(272.564)	(158.280)			
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>2.980.845</b>	<b>2.613.640</b>			
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Receitas financeiras	890.690	789.309			
	890.690	789.309			
<b>Valor adicionado</b>			<b>3.871.535</b>	<b>3.402.949</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia" ou "CEEE-D"), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot, nº 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. ("Equatorial Participações"), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km<sup>2</sup>(\*), atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 1.998.796(\*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). (\*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **1.1 Continuidade operacional.** Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Após os impactos do evento climático extremo em maio de 2024 e outros eventos climáticos ocorridos durante o exercício de 2024, a Companhia salienta que tanto as ações de cobrança quanto o processo de faturamento voltaram a normalidade desde agosto de 2024 e que não comprometeram sua continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$ 1.184.613 (R\$ 329.844 em 31 de dezembro de 2024), além de resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro positivo, desde a entrada do novo acionista controlador em 2021, de R\$ 360.367 (R\$ 284.664 em 31 de dezembro de 2024), devido a melhoria dos indicadores de perdas, significativa redução das despesas operacionais, aumento da tarifa e do volume de energia faturada que, em 31 de dezembro de 2025 alcançou 8.771 GWh(\*) (8.480 GWh(\*) em 31 de dezembro de 2024). (\*) Informação não auditada. A Companhia vem ainda apresentando geração de caixa operacional negativo de R\$ 672.526 e prejuízo de R\$ 704.584 em 31 de dezembro de 2025 (caixa operacional negativo R\$ 601.987 e prejuízo de R\$ 438.888, em 31 de dezembro de 2024). Com objetivo de fortalecer seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Fortalecimento das ações de cobrança; (ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e a val da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo, conforme apresentado nas notas explicativa nº 14 e 15 - Empréstimos e financiamentos e Debêntures. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia; (iii) Expansão e diversificação das ações de combate ao furto de energia com manutenção de 205 equipes de combate às perdas em 2024 e para o exercício de 2025 foram mantidas 140 equipes com expansão das ligações em Sistema de Medição Centralizada (SMC); e (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle. A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro. **1.2 Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da CEEE-D.** A área de concessão sob responsabilidade da Companhia está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos. Em 2024, os diversos eventos climáticos registrados impactaram a operação da Companhia, resultando em efeitos contábeis totais de R\$ 39.945 compostos por perdas de estoques e baixa de ativos no montante de R\$ 27.263 e despesas operacionais com atendimento emergencial no montante de R\$ 12.682. A Companhia finalizou as inspeções dos materiais sinistrados e apresentou todos os pleitos às seguradoras, com base nas coberturas previstas em suas apólices de riscos operacionais. As apólices contemplaram integralmente os sinistros identificados. Ao longo do processo de regulação, a Companhia recebeu valores a título de adiantamentos de indenização, bem como receitas provenientes da venda de materiais recuperados (salvados). A regulação do sinistro foi devidamente concluída com o recebimento do pagamento final em 03 de novembro de 2025. O valor total recebido ao longo da regulação do sinistro pela Companhia, considerando indenização securitária e salvados, foi de R\$ 22.951, encerrando-se, assim, o processo de sinistro. Em 28 de julho de 2025 ocorreu um evento climático que atingiu toda a área de concessão, com desligamento de 430 mil clientes no seu momento mais crítico. A normalização total do atendimento ocorreu em 04 de agosto de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema. Em 07 de novembro de 2025 um ciclone extratropical com rajadas de vento de até 100km/h atingiu a área de concessão da Companhia. Este evento ocasionou desligamentos em parte da concessão, chegando a 200 mil clientes desligados no seu momento mais crítico, aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento em toda área de concessão foi normalizado em 11 de novembro de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema. Em 31 de dezembro de 2025, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R\$ 1.784 (R\$ 12.682 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicou, em 2025, a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em situações de emergência e à comunicação com consumidores. A Companhia encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos. Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do exercício, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em decorrência da aplicação da referida resolução. Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas demonstrações contábeis do exercício. **1.3 Reforma tributária sobre o consumo.** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes especificados ainda dependem de regulamentação complementar. Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1 Base de preparação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). A Companhia, quando aplicável, também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis

estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026. **2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Contas a receber de clientes	6	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	3.12.3 e 6.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.6 e 7	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens. Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Ativo financeiro da concessão Intangível	3.3.1 e 9 3.3.2 e 10	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão. Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Ativos de contrato Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.4 e 11	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais (mensuração e avaliação da probabilidade de perda).
Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados	3.13 e 18	As estimativas significativas referem-se à determinação do valor justo dos instrumentos concedidos na data da outorga e, no caso de planos liquidados em caixa, à mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo. Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção. Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Transações de pagamentos baseados em ações	3.8.2 e 21	Julgamentos e estimativas na mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a determinação de valor justo, especialmente para instrumentos não cotados e derivativos, assim como premissas relacionadas a risco de crédito, taxas de mercado e modelos de precificação.
Receita operacional líquida	3.1 e 22	As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.16 - Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes. <b>3.1 Reconhecimento de receita.</b> A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir bens e serviços ao cliente. As receitas operacionais da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por: (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço; (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL; (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade; e (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WAACC) e atualizada monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão, conforme Nota Explicativa 3.3.1 - Ativo financeiro da concessão. <b>3.2 Caixa e equivalentes de caixa.</b> Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. <b>3.3 Ativo intangível e ativo financeiro da concessão.</b> A Companhia opera sob contrato de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica firmado com a União, na qualidade de poder concedente. O contrato estabelece que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; (d) A regulação tarifária com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital. Em conformidade com a ICPC 01 (R1) /IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização: Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR); Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final. A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de: (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão; e (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão. <b>3.3.1 Ativo financeiro da concessão.</b> A companhia reconhece ativo financeiro da concessão sempre que possui direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros. Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCPC 05 - Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio da Companhia. A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. <b>3.3.2 Ativo intangível.</b> A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que

não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38). A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.3.3 Obrigações especiais.** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013. **3.4 Ativos de contrato.** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.5 Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 - Custo de Empréstimos (IFRS 23). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.6 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros.** A estrutura das tarifas de energia elétrica da Companhia é composta por: • Parcela A (custos não gerenciáveis): incluem encargos e custos com compra e transporte de energia, que são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo poder concedente, sem impacto direto no resultado da Companhia; e • Parcela B (custos gerenciáveis): referem-se a investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e remuneração de capital. Essa parcela influencia diretamente o desempenho da Companhia, pois envolve riscos operacionais e não possui garantia de neutralidade tarifária. As tarifas são definidas com base no modelo tarifário estabelecido pela Lei nº 8.987/1995, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. O modelo prevê: • reajuste tarifário anual, para atualização de custos; e • revisão tarifária periódica a cada cinco anos, com recomposição da Parcela B e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013. Durante o processo tarifário, eventuais diferenças entre os custos estimados e os efetivamente incorridos durante o ciclo tarifário geram ativos ou passivos setoriais, registrados pelo regime de competência. Esses valores serão compensados financeiramente no ciclo tarifário subsequente ou, em caso de extinção da concessão, incluídos na base de indenização prevista contratualmente. **3.7 Imposto de renda e contribuição social correntes.** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício. Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em conformidade com o ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. **3.8 Benefícios a empregados: 3.8.1 Benefícios pós-emprego e outros benefícios a empregados.** A Companhia reconhece as obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados, registrando passivos pelo montante do pagamento esperado quando houver obrigação legal ou construtiva mensurável. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando incorridas, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 19) Benefícios a Empregados, sendo ativos reconhecidos quando há expectativa de reembolso ou redução em pagamentos futuros. Já os planos de benefício definido têm suas obrigações líquidas calculadas anualmente por atuário qualificado, considerando o valor presente dos benefícios futuros esperados, deduzidos dos ativos do plano. Reavaliações atuariais (ganhos e perdas), retorno dos ativos (exceto juros) e efeitos do teto são registrados diretamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos são calculados com base na taxa de desconto aplicada ao valor líquido passivo/ativo de benefício definido no início do período. Os juros líquidos e as demais despesas do plano são reconhecidos no resultado. Alterações e liquidações de planos são reconhecidas quando ocorrem. **3.8.2 Transações de pagamento baseado em ações.** A Equatorial S.A. (Controladora indireta da Companhia), concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a administradores e colaboradores da Companhia. A Companhia reconhece como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a administradores e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é remensurado até sua quitação. **3.9. Capital social: 3.9.1 Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa. **3.10 Resultado por ação.** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. **3.11. Instrumentos financeiros: 3.11.1 Ativos financeiros. (a) Ativos financeiros.** Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48 (IFRS 9). As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio.** A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a atividade é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são**

→ continua

→ continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas.** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.11.2 Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não mantém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **1.1.3 Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.11.4 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge.** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo. **(a) Hedge de fluxo de caixa e a valor justo.** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas diretamente no resultado do período. Simultaneamente, o valor contábil do item objeto de *hedge* é ajustado pelas variações atribuíveis ao risco objeto da proteção, sendo tais efeitos também reconhecidos no resultado, de forma a refletir a compensação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido. Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 28.5 - Gerenciamento dos riscos financeiros. **3.11.5 Mensuração do valor justo.** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças. Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 28.3 - Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros. **3.12 Redução ao valor recuperável (Impairment):**

**3.12.1 Ativos financeiros não derivativos.** A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Ver nota explicativa nº 28.5 - Gerenciamento dos riscos financeiros. **3.12.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação.** Em cada data de balanço, a Companhia avalia a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, des-

cumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto quando a Companhia já reconheceu como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

**3.12.3 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas.** A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada à partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores. Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vendidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança. **3.12.4 Ativos não financeiros.** A Administração avalia anualmente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Sempre que os indícios são identificados, a Companhia avalia se o valor contábil líquido excede o seu valor recuperável e, quando necessário reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil e é calculado utilizando-se a taxa de desconto antes dos tributos (pre-tax). Para fins de aplicação do CPC 01/IAS 36, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente. A Companhia projeta os fluxos de caixa gerados pela UGC com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes elaborados pela Administração. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período de concessão da Companhia. A Administração avalia ainda se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso. A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa nº 12 - Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida.

**3.13 Provisão para riscos judiciais.** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14 Demonstração do valor adicionado (DVA).** A Companhia elabora a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis da Companhia, conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **3.15 Questões climáticas.** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia monitora mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Embora, na data-base das demonstrações contábeis, os riscos relacionados ao clima não tenham gerado efeitos significativos na mensuração contábil, a Companhia reconhece que tais riscos ampliam a incerteza associada às estimativas e pressupostos utilizados e podem influenciar diversos componentes das demonstrações contábeis. Os itens mais diretamente afetados pelas questões climáticas incluem: • Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas; e • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa. **3.16. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **3.16.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025.** Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativas e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas. **3.16.2. Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.** A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7:	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	
	Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	
	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	
CPC 51/IFRS 18:	Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	01/01/2027
	O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtítulos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtítulos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria.	
	O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	
	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam IFRS 1, IFRS 7 (e sua orientação), IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC.	
	Melhorias Anuais às Normas Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.	01/01/2026

	2025	2024
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>28.815</b>	<b>43.433</b>
<b>Caixa e depósitos bancários à vista</b>		
<b>Equivalentes de caixa (a)</b>		
<b>Investimentos</b>	<b>437.250</b>	<b>40.496</b>
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	437.250	40.496
<b>Subtotal de equivalentes de caixa</b>	<b>466.065</b>	<b>83.929</b>
<b>Total</b>		
A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 101,57% do CDI (101,70% em 31 de dezembro de 2024).		
<b>5. Aplicações financeiras</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>		
<b>Fundos de investimentos (a)</b>	<b>868.154</b>	<b>789.159</b>
Cotas de fundos de investimentos	22.543	12.366
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	-	391
Títulos públicos	-	391
<b>Total</b>	<b>890.697</b>	<b>801.916</b>
A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 102,02% do CDI (98,82% do CDI em 31 de dezembro de 2024).		

	2025				2024			
	Vencidos		Vencidos		Vencidos		Vencidos	
	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	
Residencial	257.080	105.488	392.889	755.457	186.672	107.937	390.394	685.003
Industrial	9.610	2.144	10.425	22.179	8.190	2.513	11.600	22.303
Comercial	104.107	29.274	105.966	239.347	81.007	28.745	120.218	229.970
Rural	26.404	9.689	24.939	61.032	20.195	9.354	19.260	48.809
Poder público	13.430	1.795	775	16.000	11.913	1.238	827	13.978
Iluminação pública	12.022	2.470	3.470	17.962	10.112	437	8.168	18.717
Serviço público	4.387	1.403	234	6.024	3.833	176	36	4.045

	2025				2024			
	Vencidos		Vencidos		Vencidos		Vencidos	
	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	
<b>Contas a receber de consumidores faturados</b>	<b>427.040</b>	<b>152.263</b>	<b>538.698</b>	<b>1.118.001</b>	<b>321.922</b>	<b>150.400</b>	<b>550.503</b>	<b>1.022.825</b>
Residencial	83.433	16.733	160.926	261.092	105.425	20.987	148.506	274.918
Industrial	2.474	148	4.520	7.142	4.523	435	5.390	10.348
Comercial	45.808	3.966	67.223	116.997	61.797	5.753	71.601	139.151
Rural	26.771	830	4.666	32.267	26.605	697	4.508	31.810
Poder público	78.964	79	25	79.068	71.615	397	400	72.412
Iluminação pública	44.245	550	28	44.823	52.033	301	437	52.771
Serviço público	16	1	-	17	115	1	-	116
<b>Parcelamentos (a)</b>	<b>281.711</b>	<b>22.307</b>	<b>237.388</b>	<b>541.406</b>	<b>322.113</b>	<b>28.571</b>	<b>230.842</b>	<b>581.526</b>
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	284.340	-	-	284.340	240.571	-	-	240.571
Baixa renda (c)	19.305	-	-	19.305	12.326	-	-	12.326
Outras	38.167	-	-	38.167	21.626	-	-	21.626
<b>Subtotal</b>	<b>1.050.563</b>	<b>174.570</b>	<b>776.086</b>	<b>2.001.219</b>	<b>918.558</b>	<b>178.971</b>	<b>781.345</b>	<b>1.878.874</b>
(-) PECLD	(65.145)	(33.473)	(603.268)	(701.886)	(61.704)	(39.011)	(607.113)	(707.828)
<b>Total contas a receber de clientes</b>	<b>985.418</b>	<b>141.097</b>	<b>172.818</b>	<b>1.299.333</b>	<b>856.854</b>	<b>139.960</b>	<b>174.232</b>	<b>1.171.046</b>
Circulante	-	-	-	1.163.475	-	-	-	1.041.486
Não circulante	-	-	-	135.858	-	-	-	129.560

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 182.077 e (R\$ 175.245 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 6.832, conforme nota explicativa nº 26 - Resultado financeiro; (b) As contas a receber de clientes de consumidores não faturados, corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil; e (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

	2024			
	(Provisões)/ Reversões (b)	Baixas	2025	
Contas a receber de consumidores faturados	(439.612)	(28.194)	42.492	(425.314)
Parcelamentos	(249.947)	(8.812)	20.191	(238.568)
Contas a receber de consumidores não faturados	(5.831)	(908)	-	(6.739)
Outras (a)	(12.438)	(2.289)	(16.538)	(31.265)
<b>Total</b>	<b>(707.828)</b>	<b>(40.203)</b>	<b>46.145</b>	<b>(701.886)</b>

	2023			
	(Provisões)/ Reversões (b)	Baixas	2024	
Contas a receber de consumidores faturados	(682.085)	41.625	200.848	(439.612)
Parcelamentos	(280.467)	(31.181)	61.701	(249.947)
Contas a receber de consumidores não faturados	(6.474)	643	-	(5.831)
Outras (a)	(17.573)	(117.631)	122.766	(12.438)
<b>Total</b>	<b>(986.599)</b>	<b>(106.544)</b>	<b>385.315</b>	<b>(702.828)</b>

(a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e (b) A movimentação líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, gerou uma provisão, no montante de R\$ 40.203, com impacto no resultado operacional e no resultado financeiro de R\$ 39.494 e R\$ 709, respectivamente, conforme notas explicativas nº 23 - Custo do serviço e despesas operacionais e nº 26 - Resultado financeiro. **7. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros**

Parcela A	2024	Consti-tuição	Amorti-zação	Atualiza-ção	Consti-tuições com de- efeito caixa	Créditos de PIS/ COFINS	Reclasi- ficações/ transfe- rências	2025
PROINFRA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(2.237)	(668)	13.717	1.075	-	-	-	11.887
Rede básica (b)	84.601	17.606	(42.695)	8.989	-	-	-	68.501
Compra de energia CVA (c)	(215.980)	30.323	561.846	15.732	-	-	-	391.921
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	33.577	(8.406)	(41.396)	878	-	-	-	(15.347)
Transp. Itaipu	3.731	5.343	(3.210)	422	-	-	-	6.286
	(87.113)	74.606	602.106	29.056	-			

\*continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

tarifárias definidas de acordo com a REH nº 3.433 de 10 de dezembro de 2024 e a REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, que geraram valores a receber no montante de R\$ 82.050 e pelo efeito negativo do processo tarifário de R\$ 51.642; (b) O saldo da CVA Rede Básica foi impactado pelo aumento na contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) para 2025, o que resultou em custos com a Rede Básica superiores à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2025 no valor de R\$ 70.971, e pelo efeito negativo do processo tarifário de R\$ 53.365, o que totalizou em um montante de constituição de R\$ 17.606; (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no exercício (i) a amortização no exercício de R\$ 396.381 e o efeito do reajuste de R\$ 165.463; (ii) um efeito positivo de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, de R\$ 205.633; (iii) o efeito negativo do processo tarifário de R\$ 140.463; e (iv) o efeito negativo de R\$ 34.847 devido ao lançamento da provisão da neutralidade da bandeira faturada de novembro e dezembro de 2025 não homologadas pela Aneel, totalizando uma constituição de R\$ 30.323; (d) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de provisão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, sendo a principal constituição o valor de R\$ 8.406; (e) A constituição de R\$ 31.587 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio, de R\$ 222,09/MWh, inferior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras, de R\$ 271,86/MWh; (f) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição negativa de R\$ 38.382, e efeito positivo do processo tarifário de R\$ 42.076, totalizando o movimento de constituição em R\$ 3.694; (g) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 19 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores; (h) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia; e (i) O saldo de constituição foi afetado, principalmente, pelas constituições de quitação da conta Covid, pela reversão de créditos de rescisão contratual e migração de consumidores, além de encargos financeiros relacionados e o saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações de Diferimento da Parcela B, quitação da conta Covid, reversão de Créditos de Rescisão Contratual e migração de Consumidores, além de encargos financeiros relacionados. Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, a cada 5 anos ocorre a Revisão Tarifária Periódica (RTP) sendo a próxima revisão em 2026, onde também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis). No mês de novembro de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3547, de 18 de novembro de 2025 foram reajustadas, em média, 19,53%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. Em vigor de 22 de novembro de 2025 a 21 de novembro de 2026. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 73.808 (R\$ 119.096 em 31 de dezembro de 2024) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 126.581 (R\$ 73.726 em 31 de dezembro de 2024) obtidos por meio de faturamento junto aos clientes e R\$ 52.773 negativos (R\$ 38.180 em 31 de dezembro de 2024) pagamento via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CORBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (COEE). **8. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas a seguir:

	Notas	2025		2024	
		Ativo	Efeito no resultado	Ativo	Efeito no resultado
<b>Outras contas a receber</b>					
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.334	6.783	2.160	4.796
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	748	6.976	3.047	6.377
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	226	2.132	711	1.808
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	307	2.699	1.029	2.531
Companhia de Eletricidade do Ampap – CEA	(a)	70	788	241	564
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	658	8.407	2.565	3.872
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	-	23	17	37
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	-	22	16	35
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	-	32	19	46
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	72	79	144
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	-	25	17	39
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	-	27	17	40
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	-	43	34	73
<b>Total</b>		<b>4.343</b>	<b>28.029</b>	<b>9.952</b>	<b>20.362</b>
<b>Outros créditos a receber (bens materiais)</b>					
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2.116	-	37	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.786	-	1.909	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	37	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	107	-	405	-
Companhia de Eletricidade do Ampap – CEA	(b)	-	-	27	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	797	-	518	-
<b>Total</b>		<b>4.806</b>	-	<b>2.933</b>	-

	Notas	2025		2024	
		Ativo	Efeito no resultado	Ativo	Efeito no resultado
<b>Formecedores</b>					
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(283)	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(3)	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(144)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(74)	-
Companhia de Eletricidade do Ampap – CEA	(c)	-	-	(4)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(3.222)	-	(1.162)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	-	(1.467)	(208)	(1.719)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	-	(1.311)	(186)	(1.700)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	-	(1.915)	(272)	(2.474)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	(3.456)	(489)	(4.672)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	-	(1.588)	(140)	(1.827)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	-	(1.907)	(280)	(2.536)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	-	(1.985)	(251)	(2.851)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial – ICT	(e)	(115)	-	(1.996)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(d)	(2.342)	(1.869)	(1.612)	(4.812)
Equatorial Serviços S.A.	(f)	(5.874)	(28.619)	(7.186)	(30.497)
<b>Total</b>		<b>(11.556)</b>	<b>(44.117)</b>	<b>(14.287)</b>	<b>(53.088)</b>

	Notas	2025		2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Investimentos em serviço – (bens em comodato)</b>					
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(h)	107	(107)	112	(112)
(a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL; (b) Os valores são provenientes da venda de materiais; (c) Os valores são provenientes da compra de materiais; (d) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet; (e) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (f) Os valores são provenientes do contrato de call center, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados; (g) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (ava), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (h) Relação de ativos cedidos em comodato de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; (i) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa; (j) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro referente a serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa; e (k) Refere-se ao reconhecimento					

de despesas de doações. **8.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração.** O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 6.100 (R\$ 5.400 em 31 de dezembro de 2024), conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 27 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social. Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos estão apresentados na nota explicativa nº 21 – Planos de incentivo de longo prazo. Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
<b>Total Remuneração fixa anual</b>	<b>2.539</b>	<b>2.129</b>
Salário ou Pró-labore	2.484	2.081
Benefícios diretos e indiretos	55	48
<b>Total Remuneração variável</b>	<b>1.308</b>	<b>863</b>
<b>Total Remuneração baseada em ações</b>	<b>1.029</b>	<b>282</b>
Benefícios pós-emprego	5	-
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>4.881</b>	<b>3.274</b>

**8.2. Garantias.** Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais. **9. Ativo financeiro da concessão:** A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	Atualização do		Transferência -	
	2024	ativo financeiro (a)	Ativos de contrato (b)	2025
Ativo financeiro	970.642	66.977	274.585	1.312.204
Obrigações especiais	(187.883)	(7.973)	-	(195.856)
<b>Total ativo financeiro da concessão</b>	<b>782.759</b>	<b>59.004</b>	<b>274.585</b>	<b>1.116.348</b>

	Atualização do		Transferência -		
	2023	ativo financeiro (a)	Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2024
Ativo financeiro	787.369	39.540	148.017	(4.284)	970.642
Obrigações especiais	(177.973)	(9.910)	-	-	(187.883)
<b>Total ativo financeiro da concessão</b>	<b>609.396</b>	<b>29.630</b>	<b>148.017</b>	<b>(4.284)</b>	<b>782.759</b>

**10. Intangível:** O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Em serviço	2025		2024	
		ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	vinculadas à concessão
<b>Taxas anuais médias</b>					
<b>ponderadas de amortização (%)</b>	4,44%				
Total		6.089.192	(2.570.325)	(184.137)	3.334.730
		6.089.192	(2.570.325)	(184.137)	3.334.730

	Em serviço	2025		2024	
		ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	vinculadas à concessão
<b>Taxas anuais médias</b>					
<b>ponderadas de amortização (%)</b>	4,11%				
Total		5.152.818	(2.349.348)	(192.185)	2.611.285
		5.152.818	(2.349.348)	(192.185)	2.611.285

**10.1. Movimentação do ativo intangível**

	2024		2025	
	Adições	Baixas	Ativos de contrato (a)	2025
Em serviço	5.152.818	-	1.035.770	6.089.192
(-) Amortização	(2.349.348)	(99.396)	-	(2.570.325)
<b>Total em serviço</b>	<b>2.803.470</b>	<b>(284.708)</b>	<b>1.035.770</b>	<b>3.518.867</b>
Obrigações especiais (b)	(309.752)	-	(5.634)	(315.386)
(-) Amortização	117.567	13.682	-	131.249
Total em obrigações especiais	(192.185)	13.682	(5.634)	(184.137)
<b>Total</b>	<b>2.611.285</b>	<b>(271.026)</b>	<b>1.030.136</b>	<b>3.334.730</b>

**11. Ativos de contrato:** A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	2024		2025	
	Adições (a)	Ativo intangível	Ativo financeiro	2025
Ativos de contrato (b)	1.404.122	1.383.562	(1.035.770)	1.477.329
(-) Provisão para perda de estoque e obras	(95.740)	(51.964)	-	(147.704)
Obrigações especiais	(94.470)	(24.999)	5.634	(113.835)
<b>Total</b>	<b>1.213.912</b>	<b>1.306.599</b>	<b>(1.030.136)</b>	<b>1.215.790</b>

(a) O montante de R\$ 1.306.599 (R\$ 902.046 em 31 de dezembro de 2024) refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 1.250.016 (R\$ 788.782 em 31 de dezembro de 2024) impactaram o Caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 29.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 30.942 (R\$ 27.748 em 31 de dezembro de 2024) refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 64.789 (R\$ 58.346 em 31 de dezembro de 2024) refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 12.816 (R\$ 12.524 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do IAS 23/CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 14 – Empréstimos e financiamentos e R\$ 51.964 (R\$ 14.646 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a provisão para perda de estoque e obra. Adicionalmente, o aumento das adições em relação ao ano anterior está relacionado a aproximação da RTP em 2026, resultando em um saldo maior de adições e capitalizações para garantir uma maior base remuneratória (BRR) até a data de corte da revisão; e (b) A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2025, o saldo de alomoxarifado de R\$ 364.460 (R\$ 207.990 em 31 de dezembro de 2024), classificados como ativos de contrato, referentes a materiais destinados a melhoria e expansão de rede tais como postes, cabos, medidores, religadores e transformadores. A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nos exercícios, findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL. **12. Avaliação de impairment para os ativos com vida útil definida:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovadas pela Alta Administração, durante o período da Concessão. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. **12.1. Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos.** A Companhia realizou teste de recuperabilidade pelo valor em uso, mensurado pelo valor presente dos fluxos de caixa projetados até o fim da concessão (20 anos), com base em orçamentos e premissas aprovados pela Administração. Para fins do CPC 01, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente. A Companhia utilizou a taxa de desconto pré-imposto de 12,17% em 31 de dezembro de 2025 (11,70% em 31 de dezembro de 2024), derivada do WACC ajustado para refletir o valor temporal do dinheiro e riscos específicos não capturados nos fluxos. De forma geral, os testes contemplam as seguintes premissas: • **Receita operacional líquida:** volume de mercado (histórico e perspectivas macroeconômicas, climáticas e setoriais) e tarifas projetadas conforme processos ANEEL (reajustes/revisões), deduzidas de encargos setoriais e tributos; • **Custo do serviço:** compra de energia (contratos 102% do mercado projetado) e CVAs, encargos regulatórios (CDE – COVID, Escassez Hídrica, AXIA Energia e Uso, PROINFA, ESS, ERR, TFSEE, CUSD) conforme normas e metodologias homologadas; • **Despesas operacionais (OPEX):** crescimento de consumidores, inflação e manutenção de DEC, FEC e perdas nos palameres regulatórios; • **Índice de arrecadação (IAR):** conforme políticas de cobrança e desempenho esperado; e • **Investimentos (CAPEX):** com base em Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI), segundo metodologia ANEEL para ciclos subsequentes. Como o objetivo de avaliar a robustez do valor recuperável, a Companhia realizou análise de sensibilidade aplicando variações independentes e combinadas nas premissas mais relevantes do modelo: • taxa de desconto; e • taxa de crescimento. Os resultados demonstraram que, alterações razoavelmente possíveis nessas premissas em todos os cenários simulados, o valor em uso permaneceu superior ao valor contábil da UGC. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu pela não necessidade de reconhecimento de perdas para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2025. **13. Formecedores:**

	2025	2024
Suprimento de energia elétrica (a)	311.910	268.683
Encargos de uso da rede elétrica	122.169	110.515
Materiais e serviços (b)	285.738	152.409
Partes relacionadas – nota explicativa nº 6	11.556	14.287
<b>Total</b>	<b>731.373</b>	<b>545.894</b>

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2025 apresentou um aumento de R\$ 43.227 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função do aumento de R\$ 43.261 nas despesas do Mercado de Curto Prazo devido ao

crescimento do PLD projetado para a região SUL em R\$ 278,00 (R\$ 64,80 em 31 de dezembro de 2024). O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 48 dias (52 dias em 31 de dezembro de 2024). **13.1. Formecedores – Risco sacado.** Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizou o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais (passivo original), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 60.757 (R\$ 40.916 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há fatura a pagar de posse do operador do FIDC. Os pagamentos dessas transações impactaram no fluxo de caixa da Companhia em R\$ 476.469, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 330.716 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025 o prazo médio de pagamento destes títulos é de 36 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2024). **14. Empréstimos e financiamentos:** **14.1. Composição do saldo**

	Custo da dívida (% a.a.)	2025			2024		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Moeda estrangeira (US\$)</b>							
CDI	1,85% a.a.	75.059	861.806	936.865	9.952	1.039.025	1.048.977
<b>Subtotal</b>		<b>75.059</b>	<b>861.806</b>	<b>936.865</b>	<b>9.9</b>		

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

o resgate antecipado da 4ª Emissão de Debêntures, 1ª Série, no montante total de R\$ 1.001.233, sendo R\$ 1.000.000 referentes à amortização do principal e R\$ 1.233 ao pagamento de juros; (b) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo; e (c) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição. **15.3. Cronograma de amortização da dívida.** As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

		2024	
		Valor	%
Vencimento			
<b>Circulante</b>		<b>147.139</b>	<b>3%</b>
2028		395.935	7%
2029		1.470.623	25%
2030		1.365.000	24%
Até 2031 até 2037		2.466.415	42%
Subtotal		5.697.973	98%
<b>Custo de transação (não circulante)</b>		<b>(43.252)</b>	<b>(1%)</b>
Total Não circulante		5.654.721	97%
<b>Total debêntures</b>		<b>5.801.860</b>	<b>100%</b>

**15.4. Covenants das debêntures:** As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e covenants não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	1º debên- tures	2º debên- tures	3º debên- tures	5º debên- tures	6º debên- tures	7º debên- tures	8º debên- tures	9º debên- tures	10º debên- tures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

**16. Impostos e contribuições a recolher**

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
ICMS	44.033	24.031
ICMS parcelamento (a)	146.557	117.494
PIS e COFINS	25.817	15.213
Parcelamento Federal	14.520	12.939
ISS	4.690	8.719
Outros	14.162	9.039
<b>Subtotal</b>	<b>249.579</b>	<b>187.435</b>
<b>Não circulante</b>		
ICMS parcelamento (a)	2.611.000	2.610.406
Parcelamento Federal	19.360	27.844
<b>Subtotal</b>	<b>2.630.360</b>	<b>2.638.250</b>
<b>Total</b>	<b>2.879.939</b>	<b>2.825.685</b>

(a) De acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado. Do saldo remanescente, R\$ 18.421, refere-se a parcelamentos ordinários, e R\$ 2.739.136 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa "REFAZ Energia Elétrica"), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.418.630	-	1.418.630
Multa	309.958	(185.975)	123.983
Juros	1.010.548	(606.329)	404.219
Total	2.739.136	(792.304)	1.946.832

**16.1. Cronograma de pagamento dos parcelamentos de ICMS**

	2025	
	Valor	%
Circulante	146.557	5%
2027	120.530	4%
2028	110.596	4%
2029	119.543	4%
2030	128.490	5%
Após 2030	2.131.841	78%
<b>Não circulante</b>	<b>2.611.000</b>	<b>95%</b>
<b>Total</b>	<b>2.757.557</b>	<b>100%</b>

**17. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos: 17.1. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Alíquota fiscal	(704.584)	(704.584)	(487.877)	(487.877)
Pela alíquota fiscal	176.146	63.413	121.969	43.909

**Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro**

Outras adições (reversões) permanentes	(617)	(93)	12.295	4.453
Atualização de Indébito tributário	12.679	4.565	10.845	3.904
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	36.022	12.968
IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	38.607	13.897
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(188.208)	(67.885)	(183.717)	(66.163)
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	-	-	36.021	12.968
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	-	-	7%	3%
Imposto diferido	-	-	36.021	12.968

**17.2. Impostos diferidos não reconhecidos:** A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de turnaround e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 3.193.969 (R\$ 2.842.895 em 31 de dezembro de 2024) a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	2025		2024	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	8.656.410	2.164.102	8.135.710	2.033.928
Base negativa de CSLL	8.660.757	779.488	8.139.357	732.542
Diferenças temporárias	736.466	250.399	224.779	76.425
Total	18.053.633	3.193.969	16.499.846	2.842.895

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais. **18. Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
Cíveis	365.577	8.915	368.682	6.721
Fiscais	-	212	593	721
Trabalhistas	520.348	206.152	471.961	220.885
Regulatórias	80.536	-	8.672	-
Ambiental	40.480	-	36.944	-
Total	1.006.941	215.279	886.852	228.327
Circulante	409.941	4.887	390.629	4.504
Não circulante	597.000	210.392	496.023	223.823

**18.1. Movimentação dos processos no exercício**

	2024		2025	
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)
Cíveis	368.682	35.057	(39.674)	(27.422)
Fiscais	593	259	(413)	(144)
Trabalhistas	471.961	105.322	(93.695)	(48.969)
Regulatórias	8.672	-	-	(863)
Ambiental	36.944	-	(45)	-
Total contingências	886.852	140.638	(133.827)	(77.398)
<b>2023</b>				<b>2024</b>

	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Reclassificação (4)	Saldo final
Cíveis	361.485	35.629	(30.014)	(24.173)	25.755	-	368.682
Fiscais	547	1	(1)	-	46	-	593
Trabalhistas	434.418	100.753	(91.072)	(56.096)	83.958	-	471.961
Regulatórias	68.164	-	(11.005)	-	13.972	(62.459)	8.672
Ambiental	33.554	200	(9)	-	3.199	-	36.944
Total contingências	898.168	136.583	(132.101)	(80.269)	126.930	(62.459)	886.852

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; (2) Reversões realizadas no exercício; (3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic; e (4) Refere-se à reclassificação das multas aplicadas pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), provisionadas no exercício de 2023, acrescidas da respectiva atualização monetária. Tais valores estavam inicialmente registrados no grupo de "Outras contas a pagar", uma vez que sua discussão ocorria em âmbito administrativo. No entanto, diante da judicialização da matéria, houve a necessidade de reclassificação para o grupo de "Provisão para riscos judiciais". A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Cíveis	109.482	109.295
Fiscais	94.722	113.364
Trabalhistas	6.395	6.518
Total	210.599	229.177

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos: **i) Cíveis:** Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação indenizatória movida por Banco Master (Banco Máxima) em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 266.898 (R\$ 244.282 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes. O pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado. Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 109.482 (R\$ 109.295 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foi constituída provisão. Desse montante, destaca-se o processo que envolve ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 75.868 (R\$ 69.267 em 31 de dezembro de 2024). O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite. **ii) Fiscais:** Além dos processos provisionados, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação, no montante de R\$ 94.722 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 113.364 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são de estorno dos créditos do PIS e da COFINS sobre perdas não técnicas de energia elétrica injetada, no âmbito federal; e contribuição de iluminação pública, no valor aproximado de R\$ 20.000, no âmbito municipal. Este último, embora classificado como possível, tem viés remoto, devido a negociação em curso entre as partes. **iii) Trabalhistas:** O passivo trabalhista é composto por reclamações em trâmite e ajudadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reequadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. **iv) Regulatórios:** Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, o valor de R\$ 70.958, em 31 de dezembro de 2025, refere-se às multas aplicadas pela AGERGS. Auto de infração 01/2022 - Multa regulatória por não apresentar as informações solicitadas no prazo determinado pelo agente de fiscalização; Auto de infração 02/2022 - Multa regulatória após fiscalização em campo por deixar de cumprir ao disposto nos Procedimentos de Distribuição; e Auto de infração 06/2023 - Multa regulatória após fiscalização da qualidade do Fornecedor. **v) Ambientais:** Os valores correspondem a Ação Civil Pública ajudada pelo Ministério Público Estadual para compelir a CEEE-D a promover a descontaminação ambiental dos imóveis denominados Horto Florestal Renner e Fábrica de Postes Barreto, ambos localizados do Município de Triunfo-RS. **19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores:** Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercurssão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais. Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, a Companhia reconheceu créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica. A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irretroatividade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade. Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas. Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021- FF/SGT/SRM/SM/ANEEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pela Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do exercício, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	230.478	475.819
Atualização monetária	14.934	103.879
Compensação	(4.002)	(349.220)
<b>Saldo final</b>	<b>241.410</b>	<b>230.478</b>
Passivo Circulante	86.609	-
Não circulante	154.801	230.478
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	241.410	230.478

**19.1. Expectativa de PIS/COFINS a recuperar**

	2025	
	Valor	%
Circulante	189.207	64%
2027	106.102	36%
Não circulante	106.102	36%
Total	295.309	100%

**20. Patrimônio líquido negativo: 20.1. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.385.861 (R\$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, e o capital autorizado é de R\$ 3.885.861 (R\$ 3.885.861 em 31 de dezembro de 2024). As ações, nominativas e sem valor nominal, e principais acionistas estão demonstrados a seguir:

	2025			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Acionistas				
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.920.583	1.087	64.921.670	95,12%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	3.067.033	87.638	3.154.671	4,62%
Outros	103.300	75.289	178.589	0,26%
Total	68.090.916	164.014	68.254.930	100,00%

**20.2. Resultado por ação:** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir concilia o prejuízo do exercício com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	2025			2024		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Prejuízo do exercício	(702.891)	(1.693)	(704.584)	(437.833)	(1.055)	(438.888)
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	68.091	164	68.255	68.091	164	68.255
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	(10,32282)	(10,32282)	(10,32282)	(6,43012)	(6,43012)	(6,43012)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre os balanços patrimoniais de 2025 e 2024. **21. Planos de incentivos de longo prazo:** A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial. Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. **21.1. Quinto Plano de Opção de Compra de**

**Ações:** Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

**a. Movimentação durante o exercício**

	Número de Opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções do preço de exercício	Média ponderada
Em opções	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	112.500	26,04	150.000	23,00
Encerradas durante o exercício	-	-	(37.500)	-
Encerramento ao fim do exercício 6º Outorga	112.500	25,73	112.500	26,04
Existentes ao fim do exercício	112.500	-	112.500	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2025 era de 4,00 anos (3,50 anos, em 31 de dezembro de 2024). Não houve novas outorgas durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Premissas	2025	2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	11,92	11,25
Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	31,77	

→ continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

## 23. Custo do serviço e despesas operacionais

	2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(45.915)	(40.191)	(42.155)	-	(128.261)
Material	(14.261)	(2.098)	(1.306)	-	(17.665)
Serviços de terceiros	(253.428)	(138.379)	(106.265)	-	(498.072)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(3.354.011)	-	-	-	(3.354.011)
Custo de construção (b)	(1.331.598)	-	-	-	(1.331.598)
PECLD (c)	-	-	-	(39.494)	(39.494)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(63.240)	-	(63.240)
Amortização	(208.798)	-	(63.766)	-	(272.564)
Outros	(913)	(3.612)	(6.860)	7.963	(3.422)
<b>Total</b>	<b>(5.208.924)</b>	<b>(184.280)</b>	<b>(283.592)</b>	<b>(31.531)</b>	<b>(5.708.327)</b>

	2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(45.118)	(34.213)	(38.552)	-	(117.883)
Material	(16.399)	(443)	(3.800)	-	(20.642)
Serviços de terceiros	(49.819)	(275.256)	(77.641)	-	(402.716)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(3.110.432)	-	-	-	(3.110.432)
Custo de construção (b)	(919.212)	-	-	-	(919.212)
PECLD (c)	-	-	-	(106.544)	(106.544)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(56.314)	-	(56.314)
Amortização	(147.884)	-	(10.398)	-	(158.282)
Outros	(855)	(6.768)	(5.861)	(9.212)	(22.696)
<b>Total</b>	<b>(4.289.719)</b>	<b>(316.680)</b>	<b>(192.566)</b>	<b>(115.756)</b>	<b>(4.914.721)</b>

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Energia elétrica comprada para revenda; (b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados às construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 11 – Ativos de contrato e 22 – Receita operacional líquida; e (c) Para maior detalhamento, vide nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa.

## 24. Energia elétrica comprada para revenda:

	2025		2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão	4.941	(1.343.130)	4.743	(1.213.616)
Contratos Eletrônico	287	(89.159)	292	(96.489)
Contratos cotas de garantias	1.034	(305.514)	1.300	(306.198)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (a)	-	(137.462)	-	(176.568)
Energia bilateral	27	(13.485)	34	(12.788)
Energia de curto prazo – CCEE (b)	-	(318.277)	-	(111.461)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA Itaipu (c)	138	(101.729)	140	(87.960)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	301.369	-	278.270
Geração distribuída (d)	-	(34.014)	-	(44.641)
<b>Subtotal</b>	<b>7.858</b>	<b>(2.430.584)</b>	<b>7.984</b>	<b>(2.203.844)</b>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	(923.427)	-	(906.588)
<b>Total</b>	<b>7.858</b>	<b>(3.354.011)</b>	<b>7.984</b>	<b>(3.110.432)</b>

(a) A redução nas despesas associada ao ESS no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 deve-se a queda no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável, ocasionando redução dos pagamentos associado a este encargo; (b) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 206.816, em virtude do aumento da despesa dos itens que compõe o Mercado de Curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em relação a 31 de dezembro de 2024; (c) A variação refere-se aos custos do contrato da Usina de Itaipu e aos seus efeitos na liquidação na CCEE, no âmbito do Mercado de Curto Prazo. Esses fatores resultaram em redução de 9,99% nas despesas em relação a 2024, devido redução do volume contratado em 2,98%; e (d) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar. (\*) não auditado.

## 25. Outras despesas operacionais, líquidas:

	2025	2024
Outras receitas operacionais	7.188	23.210
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	56.095	123.521
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>63.283</b>	<b>146.731</b>

## Outras despesas operacionais

Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(91.902)	(64.862)
Indenização por danos a terceiros	(10.969)	(12.369)
Provisão para perda de estoque (a)	(108.059)	(108.775)
Reversão (baixa) de recebíveis incobráveis (c)	(2.559)	(9.377)
Outras despesas operacionais (d)	(18.247)	(91.851)
<b>Total de outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(231.736)</b>	<b>(287.334)</b>
<b>Total</b>	<b>(168.453)</b>	<b>(140.603)</b>

(a) A Companhia realiza avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão; (b) Estes saldos referem-se, principalmente, a baixas de poste, condutores, religadores e transformadores, que foram baixados por estarem danificados por ações climáticas ou através do uso e findando sua vida útil; (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 48.721 e R\$ 46.162 (sendo R\$ 46.145 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2 - Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, e R\$ 17 de outros créditos a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de R\$ 2.559; e (d) A variação foi ocasionada, principalmente, pela constituição de provisão, em 31 de dezembro de 2024, sobre as multas aplicadas pela AGERGS, Auto de infração 01/2022 - Multa regulatória por não apresentar as informações solicitadas no prazo determinado pelo agente de fiscalização; Auto de infração 02/2022 - Multa regulatória após fiscalização em campo por deixar de cumprir ao disposto nos Procedimentos de Distribuição; e Auto de infração 06/2023 - Multa regulatória após fiscalização da qualidade do Fornecimento, no valor total de R\$ 56.040.

## 26. Resultado financeiro:

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	176.016	107.126
Valores a receber/devolver parcela A	107.682	113.884
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	144.696	304.238
Acrescimo moratório de energia vendida (c)	137.918	93.442
Receita financeira de AVP	14.377	19.195
PIS/COFINS sobre receita financeira	(22.112)	(18.608)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.670	5.020
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (f)	216.040	42.642
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	123	-
Outras receitas financeiras	90.168	103.761
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>868.578</b>	<b>770.700</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos da dívida (d)	(744.347)	(441.898)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(448.217)	(879.14)
Valores a receber/devolver parcela A	(69.791)	(106.432)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (f)	(110.735)	(358.877)
Despesa financeira de AVP	(21.209)	(25.052)
Atualização de contingências	(128.609)	(126.930)
Multas	(54.565)	(45.352)
Juros, multas s/ operação de energia	(408)	(349)
Despesa com aval	(16.076)	(43.915)
Encargos sobre déficit atuarial	(97.095)	(98.796)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	(632)	-
Outras despesas financeiras (e)	(241.645)	(207.726)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(1.933.529)</b>	<b>(1.543.241)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(1.064.951)</b>	<b>(772.541)</b>

(a) O aumento nos rendimentos das aplicações financeiras deve-se, principalmente, ao efeito favorável da elevação da taxa CDI, que passou de 10,88% no acumulado até dezembro de 2024 para 14,32% em 31 de dezembro de 2025; (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por sua vez, registrou-se receita financeira decorrente da desvalorização do real, com alta de 27,91%; (c) A variação ocasionada decorre dos parcelamentos relevantes realizados no exercício com negociações dos valores de encargos moratórios referente às dívidas anteriores; (d) Em 31 de dezembro de 2025, o aumento na despesa, deu-se principalmente em função do crescimento da dívida da Companhia em 41,2%, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Além disso, houve impacto da elevação da taxa CDI, indexador com 87% de participação na dívida da Companhia, que passou de 10,88% no acumulado até dezembro de

2024 para 14,32% no acumulado até dezembro de 2025; (e) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de encargos, juros e multas do parcelamento de ICMS, conforme saldos apresentados na nota explicativa nº 16 – Impostos e contribuições a recolher; e (f) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 11,14% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025. Em contrapartida, no acumulado até 31 de dezembro de 2024, a variação cambial gerou uma despesa, decorrente da alta de 27,91% no valor do dólar. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo. **27. Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada):** **27.1. Características dos planos de aposentadoria.** A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV) e pela Fundação Família Previdência, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, conforme descritos a seguir:

Plano	Modalidade	Administradora	Tipo de Benefícios	Principais Benefícios
Equatorial CD	CD + BD (risco)	EQTPREV	Contributivo	Aposentadorias; Pensão por morte
Plano Único	BD	Fundação Família Previdência	Contributivo	Aposentadorias; Pensão; Auxílios
Plano CEEEPREV	CD + BD (parcial)	Fundação Família Previdência	Contributivo	Aposentadorias; Pensão; Auxílios; Abono

**27.2. Características dos outros benefícios. Planos de Saúde e Odontológico.** A Companhia oferece aos empregados, ex-empregados e dependentes planos de saúde e odontológicos, conforme a região:

Plano	Operadora	Tipo de Cobertura	Público-Alvo
Unipart	Unimed Porto Alegre	Saúde	Empregados e dependentes
Odonto Master I	Uniodonto Porto Alegre	Odontológico	Empregados e dependentes

**27.3. Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido.** A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2025 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2025.

	2025				2024			
	Planos CD	Planos BD	Planos de Saúde e odont.	Total	Planos CD	Planos BD	Planos de Saúde e odont.	Total
<b>Deficit/(Superávit) apurado</b>	<b>1.623.386</b>	<b>1.068.006</b>	<b>50.908</b>	<b>2.742.300</b>	1.690.439	1.030.019	36.057	2.756.515
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	(1.082.408)	(872.453)	-	(1.954.861)	(1.106.922)	(848.511)	-	(1.955.433)
Valor justo dos ativos do plano	540.978	195.553	50.908	787.439	583.517	181.508	36.057	801.082
<b>Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais</b>	<b>198</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>198</b>	243	-	-	243
Passivos Adicionais	-	40.940	-	40.940	-	-	-	-
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	198	40.940	-	41.138	243	-	-	243
<b>Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no IAS 19/CPC 33(R1)</b>	<b>541.176</b>	<b>236.493</b>	<b>50.908</b>	<b>828.577</b>	583.760	181.508	36.057	801.325
<b>Passivo/(Ativo) líquido apurado</b>	<b>541.176</b>	<b>236.493</b>	<b>50.908</b>	<b>828.577</b>	583.760	181.508	36.057	801.325
Ativo não circulante	-	-	-	12	-	-	-	10
Passivo circulante	-	-	-	(105.454)	-	-	-	(80.914)
Passivo não circulante	-	-	-	(723.135)	-	-	-	(720.421)

**27.4. Resultado da avaliação atuarial.** Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2025				2024			
	Planos CD	Planos BD	Planos de Saúde e odont.	Total	Planos CD	Planos BD	Planos de Saúde e odont.	Total
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>62</b>	<b>(480)</b>	<b>699</b>	<b>281</b>	390	(522)	269	137
Custo do serviço corrente líquido	204.279	123.460	4.453	332.192	182.988	108.776	1.662	293.426
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(132.879)	(102.243)	-	(235.122)	(110.462)	(84.188)	-	(194.650)
Rendimento esperado dos ativos do plano	24	-	-	24	20	-	-	20
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	71.486	20.737	5.152	97.375	72.936	24.066	1.931	98.933
<b>Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24</b>	20	-	-	20
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício</b>	<b>57.551</b>	<b>(8.975)</b>	<b>-</b>	<b>48.576</b>	77.785	56.868	-	134.653
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(115.903)	48.889	10.500	(56.514)	(286.162)	(129.959)	17.400	(398.721)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(76)	40.940	-	40.864	11	-	-	11
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(58.428)	80.854	10.500	32.926	(208.366)	(73.091)	17.400	(264.057)

## 27.5. Ativos do plano

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

	2025			2024		
	Planos CD	Planos BD	Total	Planos CD	Planos BD	Total
Títulos Públicos	1.956.078	1.139.894	3.095.972	1.606.634	826.365	2.432.999
Fundos de Investimentos	1.551.551	560.943	2.112.494	1.513.317	831.882	2.345.199
Outros	563.940	286.626	850.566	573.420	268.339	841.759
<b>Ativo total</b>	<b>4.071.569</b>	<b>1.987.463</b>	<b>6.059.032</b>	<b>3.693.371</b>	<b>1.926.586</b>	<b>5.619.957</b>

(b) **Análise de sensibilidade.** Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissas	2025				2024				
	Análise de sensibilidade	Planos CD	Planos BD	Planos de Saúde e odont.	Total	Planos CD	Planos BD	Planos de Saúde e odont.	Total
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(60.630)	(34.991)	(3.383)	(99.004)	(62.759)	(33.896)	(2.640)	(99.295)
	Redução de 0,5%	65.142	37.313	3.778	106.233	67.416	36.156	2.979	106.551
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	33.606	29.963	1.774	65.343	32.405	27.500	1.177	61.082
	Redução de 1 ano	(34.440)	(30.159)	(1.761)	(66.360)	(33.318)	(27.763)	(1.172)	(62.253)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	3.744	3.744	-	-	2.963	2.963
	Redução de 0,5%	-	-	(3.378)	(3.378)	-	-	(2.646)	(2.646)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	290	-	-	290	332	-	-	332

Embora a análise considere a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. **27.7. Fluxo de caixa**

	2025				2024			
	Planos CD	Planos BD	Planos de Saúde e odontológico	Total	Planos CD			

← continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	Valor Justo		Operação	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros						
									2025	2024		Saldo em R\$	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Itaú	23/12/2022	15/12/2029	-	250.000	Bullet	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	(14.577)	7242								
Citibank	30/06/2023	27/01/2027	120.000	583.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	68.685	141.670	Ativos Financeiros							
Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	48.000	233.760	Bullet	Fluxo de Caixa	Anual	USD + 6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	20.643	55.257	Aplicações financeiras	CDI	1.327.947	1.511.469	1.557.350	1.603.230	1.465.588	1.419.708
XP	19/06/2024	15/05/2036	-	250.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,5596% a.a./CDI + 0,29% a.a.	(26.431)	(24.062)	Impacto no resultado do exercício							
BTG	04/10/2024	15/09/2036	-	420.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./CDI + 0,24% a.a.	(28.972)	(35.451)	Passivos Financeiros							
Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./CDI - 0,020% a.a.	(3.806)	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(6.093.127)	(6.935.197)	(7.145.715)	(7.356.232)	(6.724.679)	(6.514.162)
Bradesco	22/07/2025	15/08/2043	-	430.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./CDI + 0,3350% a.a.	(4.029)	-	Impacto no resultado do exercício	IPCA	(779.973)	(808.910)	(816.144)	(823.378)	(801.676)	(794.442)
<b>Total</b>									<b>11.513</b>	<b>144.656</b>	Impacto em outros resultados abrangentes							

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swap de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de hedge foram os seguintes:

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído		2025		2024		2025		2024	
	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	Valor Nominal	Ativo (Passivo)
Dividas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	2.467.560	89.329	1.737.560	144.656	87.002			(89.138)		

**28.5. Gerenciamento dos riscos financeiros.** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024. **(a) Risco de crédito.** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. **(i) Caixa e equivalentes de caixa.** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 466.065 (R\$ 83.929 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber de clientes.** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vendidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na nota nº 6 – Contas a receber de clientes. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros. A Companhia registrou uma PECLD que representa sua melhor estimativa referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.12.3 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

**Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa**

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto		% Taxa média ponderada da perda média do parcelado		Saldo PECLD		% Taxa média ponderada da perda média do faturado		Saldo PECLD	
	Parcelamentos	Parcelelados	bruto	ponderada	bruto	ponderada	bruto	ponderada	bruto	ponderada
A Vencer	281.710	17.04%	48.003	426.994	2,37%	10.120	48.003	426.994	2,37%	10.120
Vencido 1 a 30	10.189	42,63%	4.344	101.798	7,59%	7.726	4.344	101.798	7,59%	7.726
Vencido 31 a 60	5.801	51,98%	3.015	30.709	20,68%	6.351	3.015	30.709	20,68%	6.351
Vencido 61 a 90	6.318	55,99%	3.537	19.756	36,88%	7.286	3.537	19.756	36,88%	7.286
Vencido 91 a 180	16.330	59,25% a 61,72%	9.860	42.120	42,83% a 47,82%	19.026	9.860	42.120	42,83% a 47,82%	19.026
Vencido 181 a 360	30.130	62,79% a 65,21%	19.302	71.535	50,16% a 54,89%	36.919	19.302	71.535	50,16% a 54,89%	36.919
Acima de 360	190.928	65,93% a 95,57%	150.507	425.089	57,42% a 94,12%	337.886	150.507	425.089	57,42% a 94,12%	337.886
<b>Total</b>	<b>541.406</b>		<b>238.568</b>	<b>1.118.001</b>		<b>425.314</b>	<b>238.568</b>	<b>1.118.001</b>		<b>425.314</b>

**Aging parcelamento saldos a vencer**

	2025		2024		Total
	2026	2027	2028	Após 2028	
Residencial	114	64.706	15.606	3.007	83.433
Industrial	-	1.394	887	193	2.474
Comercial	7.855	13.650	5.705	18.598	45.808
Rural	4	6.765	3.483	16.519	26.771
Poder público	3.390	8.773	7.824	58.977	78.964
Iluminação pública	9.786	9.272	7.615	17.572	44.245
Serviço público	-	15	1	-	16
<b>Total a vencer</b>	<b>21.149</b>	<b>104.575</b>	<b>41.121</b>	<b>114.866</b>	<b>281.711</b>

**Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias**

	2025					Total
	Venc. a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	35.071	37.099	33.695	36.585	18.476	160.926
Industrial	693	1.007	1.055	1.380	385	4.520
Comercial	9.668	11.388	12.118	21.110	12.939	67.223
Rural	998	968	1.147	1.005	548	4.666
Poder Público	4	4	2	15	-	25
Iluminação Pública	27	1	-	-	-	28
<b>Total de parcelamentos PECLD não faturados</b>	<b>46.461</b>	<b>50.467</b>	<b>48.017</b>	<b>60.095</b>	<b>32.348</b>	<b>237.388</b>

Faixa	Saldo contábil bruto		% Taxa média ponderada da perda média do não faturado		Saldo PECLD
	não faturados	faturados	bruto	ponderada	
A Vencer	284.340	-	-	2,37%	6.739

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto		% Taxa média ponderada da perda média do não faturado		Saldo PECLD
	Outros faturados	faturados	bruto	ponderada	
A Vencer	11.824	-	-	2,37%	280
Vencido 1 a 30	4.199	-	-	7,59%	319
Vencido 31 a 60	2.560	-	-	20,68%	529
Vencido 61 a 90	991	-	-	36,88%	365
Vencido 91 a 180	3.083	-	-	42,83% a 47,82%	1.394
Vencido 181 a 360	7.255	-	-	50,16% a 54,89%	3.748
Acima de 360	29.676	-	-	57,42% a 94,12%	24.630
<b>Total</b>	<b>59.588</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>31.265</b>

**(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão.** A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos.** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. **(b) Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e financiamentos e nº 15 – Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de 3,7 (2,1 em 31 de dezembro de 2024). **(f) Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Passivos financeiros não derivativos	Fluxo de caixa						
	Valor contábil	contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	2.250.683	3.089.714	10.566	261.562	1.430.224	599.766	787.596
<b>Subtotal - Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>2.250.683</b>	<b>3.089.714</b>	<b>10.566</b>	<b>261.562</b>	<b>1.430.224</b>	<b>599.766</b>	<b>787.596</b>
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	5.801.860	9.530.627	57.169	624.587	609.530	5.759.709	2.479.632
<b>Subtotal - Debêntures</b>	<b>5.801.860</b>	<b>9.530.627</b>	<b>57.169</b>	<b>624.587</b>	<b>609.530</b>	<b>5.759.709</b>	<b>2.479.632</b>
Fornecedores	731.373	731.373	251.524	479.849	-	-	-
Fornecedores risco sacado	60.757	60.757	59.278	1.479	-	-	-
Passivo de Arrendamento	5.605	5.605	245	1.211	1.641	2.508	-
<b>Subtotal - Fornecedores</b>	<b>797.735</b>	<b>797.735</b>	<b>311.047</b>	<b>482.539</b>	<b>1.641</b>	<b>2.508</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>8.850.278</b>	<b>13.418.076</b>	<b>378.782</b>	<b>1.368.688</b>	<b>2.041.395</b>	<b>6.361.983</b>	<b>3.267.228</b>

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e financiamentos e nº 15 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Risco de mercado.** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2025 a exposição ao câmbio é de 11,6% (18,4% em 31 de dezembro de 2024), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 28.4 – Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial					
		Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	US\$	(936.865)	(1.013.518)	(1.266.898)	(1.520.277)	(760.138)	(506.759)
Impacto no resultado do exercício			(253.380)	(506.759)	253.380	506.759	
Swap - Ponta Alva	US\$	941.238	1.018.249	1.272.811	1.527.374	763.687	509.124
Swap - Ponta Alva (Curva)		936.865	1.013.518	1.266.898	1.520.277	760.138	506.759
Impacto em outros resultados abrangentes			1.182	2.366	(1.182)	(2.366)	
Impacto no resultado do exercício			253.380	506.759	(253.380)	(506.759)	
Impacto líquido no resultado do exercício total			-	-	-	-	
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)		5,95	5,50	7,44	8,93	4,46	2,98

**Fonte: B3. (e) Risco de taxa de juros.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
		Saldo em R\$	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.327.947	1.511.469	1.557.350	1.603.230	1.465.588	1.419.708
Impacto no resultado do exercício			45.881	91.761	(45.881)	(91.761)	

→ continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 20 e 25 de março de 2026, por videoconferência, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê"), do relatório

do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., sem ressalvas, de 25 de março de 2026, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos

documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia.

Porto Alegre/RS, 20 e 25 de março de 2026

**Paulo Roberto Franceschi - Saulo Tarso Alves de Lara  
Vanderlei Dominguez da Rosa - Maria Salette Garcia Pinheiro - Thiago Wolf Pereira**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D - Porto Alegre - RS. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada.** As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 284.340 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa no 6 às demonstrações contábeis. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Baseados no

resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Teste de recuperabilidade de ativo intangível.** Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo intangível, conforme divulgados na nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos.** **Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2026.



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC CE-001042/F  
Nathália Araújo Domingues  
Contadora CRC CE-020833/O

# Conecte sua marca a quem decide.

## Amplie sua *visibilidade* e alcance líderes de opinião com a força da multiplataforma do JC.

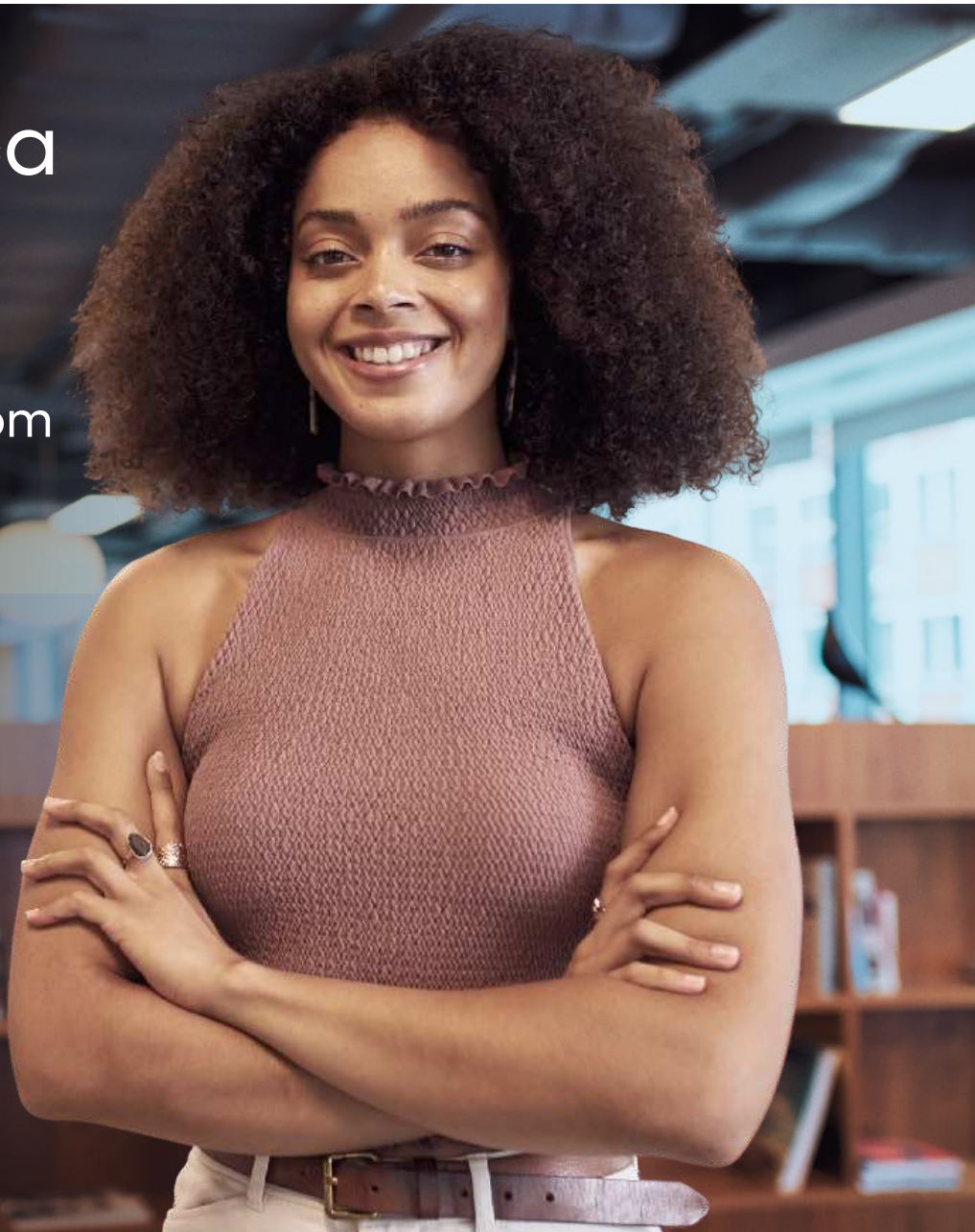
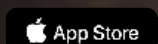


Acesse o QR Code e anuncie no JC

**Jornal do Comércio 92 ANOS**  
O jornal de economia e negócios do RS

Siga nossas redes sociais:      

Baixe o App:



# PUBLICIDADE LEGAL

A. BUHLER S/A - CURTUME		Relatório da Administração	
CNPJ: 89.716.583/0001-65 NIRE: 4330009505		Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a V. Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2025.	
		Ivoti-RS, 31 de Dezembro de 2025. A Administração	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			
<b>Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)</b>		<b>Demonstração do Resultado</b>	
		<b>Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto lucro por ações)</b>	
<b>Ativo</b>	<b>2025</b> <b>2024</b>	<b>Passivo</b>	<b>2025</b> <b>2024</b>
Circulante		Circulante	
Caixa e bancos.....	271   494	Fornecedores.....	11.552   12.138
Aplicações de liquidez imediata.....	25.390   15.055	Empréstimos e financiamentos (nota 7).....	320   320
Clientes.....	21.520   22.259	Obrigações sociais e trabalhistas.....	5.719   4.732
Impostos a recuperar (nota 4).....	273   295	Obrigações tributárias.....	675   851
Estoques.....	16.214   14.378	Dividendos a pagar.....	726   420
Produtos prontos.....	604   474	Outras contas a pagar.....	1   130
Produtos em elaboração.....	9.959   8.070	Total do passivo circulante.....	18.993   18.591
Matérias primas.....	5.408   5.611	<b>Não Circulante</b>	
Materiais diversos.....	243   223	Empréstimos e financiamentos (nota 7).....	602   922
Importações em andamento.....	-   261	Total do passivo não circulante.....	602   922
Outras contas a receber.....	476   482	<b>Patrimônio líquido</b>	
Despesas do exercício seguinte.....	128   124	Capital social realizado.....	13.085   13.085
Total do ativo circulante.....	64.272   53.348	Reservas de lucros.....	50.340   38.380
<b>Não Circulante</b>		Reserva de reavaliação.....	409   409
Investimentos.....	244   244	Total do patrimônio líquido.....	63.834   51.874
Imobilizado (nota 5).....	18.818   17.698	Total do passivo e patrimônio líquido.....	83.429   71.387
Intangível (nota 6).....	95   97		
Total do ativo não circulante.....	19.157   18.039		
Total do ativo.....	83.429   71.387		
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em milhares de reais)</b>		<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (em milhares de reais)</b>	
<b>Contas</b>	<b>Capital Social</b> <b>Legal</b> <b>Lucros a realizar</b> <b>Reserva de investimento e capital de giro</b> <b>Reserva a disposição da assembleia</b> <b>Reserva de reavaliação</b> <b>Lucros Acumulados</b> <b>Total</b>	<b>2025</b> <b>2024</b>	
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	13.085   1.660   404   -   29.365   409   -   44.923	Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
Lucro líquido do exercício.....	-   -   -   -   -   -   7.370   7.370	Lucro líquido do exercício.....	
Destinações do lucro:		Ajustes em:	
Reserva Legal.....	-   368   -   -   -   -   (368)   -	Depreciação e amortização.....	
Dividendos propostos.....	-   -   -   -   -   -   (420)   (420)	Variação de ativos e passivos:	
Reserva de investimento e capital de giro.....	-   -   -   29.366   (29.365)   -   -   1	Clientes.....	
Reserva a disposição da assembleia.....	-   -   -   -   6.582   -   (6.582)   -	Impostos a recuperar.....	
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	13.085   2.028   404   29.366   6.582   409   51.874	Estoques.....	
Lucro líquido do exercício.....	-   -   -   -   -   -   12.686   12.686	Importações em andamento.....	
Destinações do lucro:		Outras contas a receber.....	
Reserva Legal.....	-   589   -   -   -   -   (589)   -	Despesas do exercício seguinte.....	
Dividendos propostos.....	-   -   -   -   -   -   (726)   (726)	Depósitos judiciais.....	
Reserva de investimento e capital de giro.....	-   -   -   6.582   (6.582)   -   -   -	Fornecedores.....	
Reserva a disposição da assembleia.....	-   -   -   -   11.371   -   (11.371)   -	Empréstimos e financiamentos.....	
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	13.085   2.617   404   35.948   11.371   409   63.834	Obrigações sociais e trabalhistas.....	
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis (em milhares de reais)</b>		<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (em milhares de reais)</b>	
<b>1 - Contexto operacional:</b> A Sociedade dedica-se principalmente à industrialização e comercialização de couros.		<b>2025</b> <b>2024</b>	
<b>2 - Apresentação das demonstrações contábeis:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Companhias (Pronunciamento CPC-PME), emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC nº 1.255/09 (NBC T 19.41) e revisões posteriores.		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
<b>3 - Políticas contábeis:</b> As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo, as quais se aplicam a todos os exercícios apresentados, exceto quando declarado em contrário.		Lucro líquido do exercício.....	
<b>a) Apuração do resultado:</b> As receitas e despesas do exercício estão registradas em obediência ao regime de competência.		Ajustes em:	
<b>b) Aplicações financeiras:</b> As aplicações financeiras de liquidez imediata estão avaliadas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.		Depreciação e amortização.....	
<b>c) Contas a receber:</b> As contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores estão apresentadas a valores de realização.		Variação de ativos e passivos:	
<b>d) Estoques:</b> Os estoques de produtos acabados e em elaboração estão demonstrados ao custo de produção e as matérias-primas e materiais diversos ao custo médio de aquisição.		Clientes.....	
<b>e) Investimentos:</b> Os investimentos em empresas estão avaliados pelo custo de aquisição.		Impostos a recuperar.....	
<b>f) Imobilizado:</b> Está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária calculada até 31/12/95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas mencionadas na nota explicativa nº 5.		Estoques.....	
<b>g) Intangível:</b> Os bens intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição. A amortização está demonstrada na nota explicativa nº 6.		Importações em andamento.....	
<b>h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:</b> São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).		Outras contas a receber.....	
<b>4 - Impostos e recuperar:</b>		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
ICMS.....	2025   2024	Fornecedores.....	
IPI.....	2   128	Empréstimos e financiamentos.....	
PIS/COFINS.....	45   58	Obrigações sociais e trabalhistas.....	
CSLL.....	-   39	Obrigações tributárias.....	
IRRF.....	93   70	Outras contas a pagar.....	
Total.....	133   295	Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
Os saldos de ICMS a recuperar correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e intermediários e são compensados com débitos próprios. Os saldos de IPI a recuperar correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e intermediários e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF. As retenções correspondem a imposto de renda na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Fornecedores.....	
		Empréstimos e financiamentos.....	
		Obrigações sociais e trabalhistas.....	
		Obrigações tributárias.....	
		Outras contas a pagar.....	
		Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	
		Lucro líquido do exercício.....	
		Ajustes em:	
		Depreciação e amortização.....	
		Variação de ativos e passivos:	
		Clientes.....	
		Impostos a recuperar.....	
		Estoques.....	
		Importações em andamento.....	
		Outras contas a receber.....	
		Despesas do exercício seguinte.....	
		Depósitos judiciais.....	
		Forn	

# PUBLICIDADE LEGAL

**Granja Mangueira Agropecuária S/A** CNPJ 96.013.693/0001-26  
NIRE 43 3 0001033 3

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
Ficam os senhores Acionistas da Granja Mangueira Agropecuária S/A convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 24 de abril de 2026, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Localidade de Curral Alto, BR 471, KM 590, no município de Santa Vitória do Palmar, RS, quando os senhores Acionistas serão chamados a deliberar sobre as matérias constantes na seguinte ordem do dia: (I) Leitura, discussão e aprovação do relatório da administração e das demonstrações contábeis e financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) Destinação do resultado do exercício. Santa Vitória do Palmar, RS, 13 de abril de 2026. Fernando Schild Ribeiro - Diretor. Milton Martins Moraes Filho - Diretor.

Conecte sua marca a quem *decide*.

Amplie sua *visibilidade* e alcance líderes de opinião com a força da multiplataforma do JC.



Acesse o QR Code e anuncie no JC

**Jornal do Comércio** 92 ANOS  
O jornal de economia e negócios do RS

Siga nossas redes sociais:

Baixe o App:

